

Relatório de Gestão MPO

3º

2024

Trimestral

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Secretário-Executivo

Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretário Executivo Adjunto

Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira

Secretário Substituto da Secretária de Orçamento Federal

Clayton Luiz Montes

Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

Renata Vargas Amaral

Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

Sergio Pinheiro Firpo

Secretário de Articulação Institucional

João Victor Villaverde de Almeida

Secretária Nacional de Planejamento

Virgínia de Ângelis Oliveira de Paula

Consolidação

SAGE/SE

Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

Lorena Cavalcanti Pompeu

Ricardo de Assis Teixeira

Jones Junior Daros

Carla Cristina Araújo

Lilian Chaves Maluf Faúla

Revisão

SE – Secretaria Executiva

Marcus Thulio Rocha Bezerra

Priscilla Rosa Pimentel Sganzerla

Vinícius Fialho Reis

Arte

SE – Secretaria Executiva

Projeto Gráfico e diagramação

Viviane Barros

Diagramação

Ivan Sasha

Siga nossas redes sociais



@MinPlanejamento



@planejamentoeorcamento

Última alteração: 05 de novembro de 2024.

*É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Normalização Bibliográfica: Biblioteca do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Relatório de Gestão MPO : 3º trimestre de 2024 [recurso eletrônico] / Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria Executiva, Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica. -- V. 3 (jul./set. 2024)- --- Brasília :

Coordenação-Geral de Gestão Estratégica/SAGE/MPO, 2024- . 75 : il.

Trimestral.

1. Relatório de Gestão. 2. Prestação de contas. 3. Transparência. 4. Desempenho organizacional. 5. Governança. I. Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento.

CDU - 354.23

Sumário

1 Governança do MPO

Visão Geral do MPO	07
Estrutura Organizacional	08
Organograma do MPO	09
Alta Liderança	10
Planejamento Estratégico Institucional	11
Mapa Estratégico	13
Cadeia de Valor	14
Identidade Organizacional	15
Resultados-chave e Projetos	16
Resultados-chave por Objetivos Estratégicos	17

2 Desempenho da Gestão

2.1 Processos Internos	21
Destques	23
Desenvolvimento da Perspectiva	24
Gráficos por perspectiva	31
Projetos Estratégicos	33
2.2 Capacidades Institucionais	54
Destques	56
Desenvolvimento da Perspectiva	57
Gráficos por perspectiva	60
Projetos Estratégicos	62

Sumário

3

Conformidade e Eficiência da Gestão

Declaração da Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica	71
Gestão Orçamentária e Financeira	72
Instâncias de Governança	72
Gestão de Pessoas	72
Gestão de Serviços e Contratações	72
Gestão de Logística	72
Gestão de Tecnologia da Informação	72
Relatório de Gestão Integrado	72
Plano Estratégico Institucional	72
Supervisão, Controle e Correição	72

4

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	74
--	----

Introdução

O Relatório de Gestão Trimestral (2024/3) tem como principal objetivo apresentar a avaliação da execução da estratégia institucional do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) no terceiro trimestre de 2024. Essa estratégia está detalhada no [Plano Estratégico Institucional \(PEI\)](#) para o período 2024-2027, [aprovado pelo Comitê Ministerial de Governança do MPO](#), em 2023.

Os resultados dessa avaliação são apresentados sob duas perspectivas: Processos Internos e Capacidades Institucionais¹.

Dentro de cada perspectiva, são detalhados os objetivos estratégicos correlacionados e os respectivos projetos, acompanhados da análise das métricas que evidenciam seu desempenho.

Para avaliar a eficiência na execução da estratégia institucional, levou-se em consideração, principalmente: i) o grau de obtenção dos resultados-chave estabelecidos para cada objetivo estratégico; e ii) o percentual de avanço no cronograma de cada projeto, em comparação com o planejado.

Vale destacar que também são apresentados neste Relatório: i) os principais acontecimentos relacionados aos objetivos delineados no Mapa Estratégico do MPO para o quadriênio 2024-2027; ii) informações sobre a conformidade e a

gestão do MPO; e iii) dados sobre a execução orçamentária, financeira e contábil do MPO no terceiro trimestre de 2024.

Com o conjunto de informações contidas neste relatório, o MPO se aproxima do formato do Relatório de Gestão Integrado (RGI), disciplinado pelo Tribunal de Contas da União na [IN nº 84/2020](#), que possui previsão de publicação anual.

A disponibilização trimestral das informações que constarão no RGI reforça o compromisso do MPO com a transparência na gestão dos recursos públicos e com a implementação estruturada do PEI. Além disso, ao permitir que a sociedade acompanhe com maior periodicidade os resultados da gestão ministerial, o MPO se coloca na vanguarda da administração pública, cada vez mais orientada por resultados e focada no cidadão.

Espera-se que essa inovação seja difundida como boa prática e que isso contribua para robustecer o planejamento estratégico institucional dos órgãos e entidades, traduzindo-se na melhor coordenação e coesão com os instrumentos de planejamento governamental a cargo do MPO.

1 | A perspectiva de resultados para sociedade e governo não será abordada neste Relatório, uma vez que o Ministério ainda está no início da execução da estratégia institucional definida para o período 2024-2027.

1

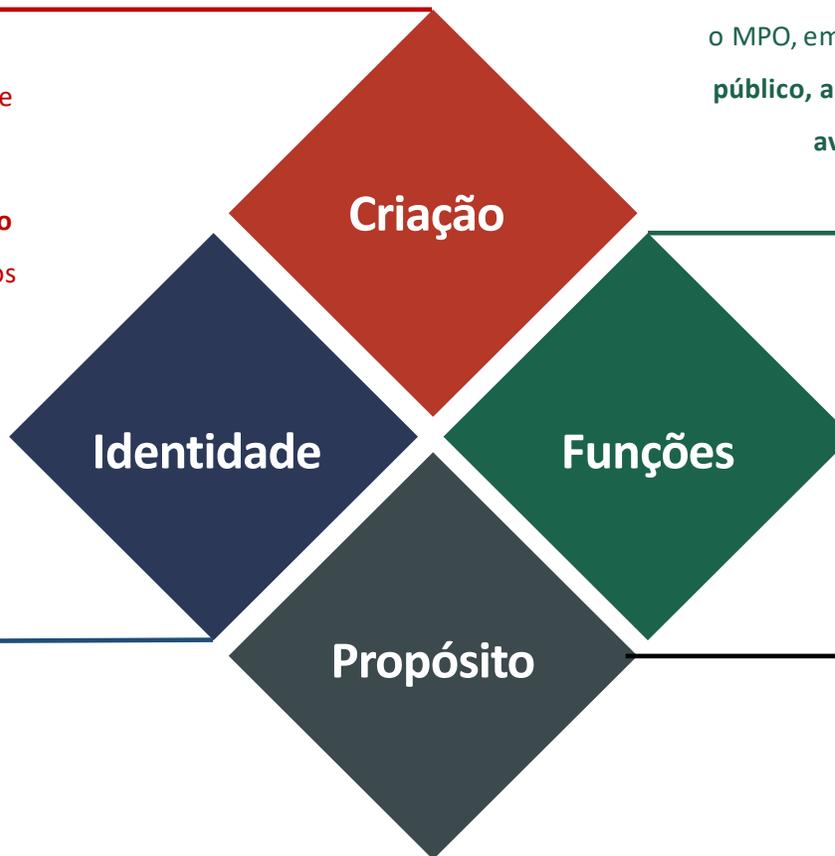
GOVERNANÇA
do MPO

Visão Geral do MPO

Com a **extinção do Ministério da Economia**, o MPO viu seu **renascimento em 2023**, por meio da publicação da **Lei nº 14.600**, de 19 de junho de 2023.

Este marco sinaliza um **compromisso forte com o planejamento do futuro do Brasil** e com a eficiência na alocação de recursos públicos para gerar desenvolvimento social e econômico.

O Ministério do Planejamento e Orçamento é **órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal (SIPOF)**, conforme dispõe a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001.



O **Decreto nº 11.353**, de 1º de janeiro de 2023, elencou competências para o MPO, em especial de **coordenar o planejamento nacional, o orçamento público, a avaliação de políticas públicas e a formulação de diretrizes e avaliação de financiamentos externos de projetos públicos** com organismos multilaterais e com agências governamentais.

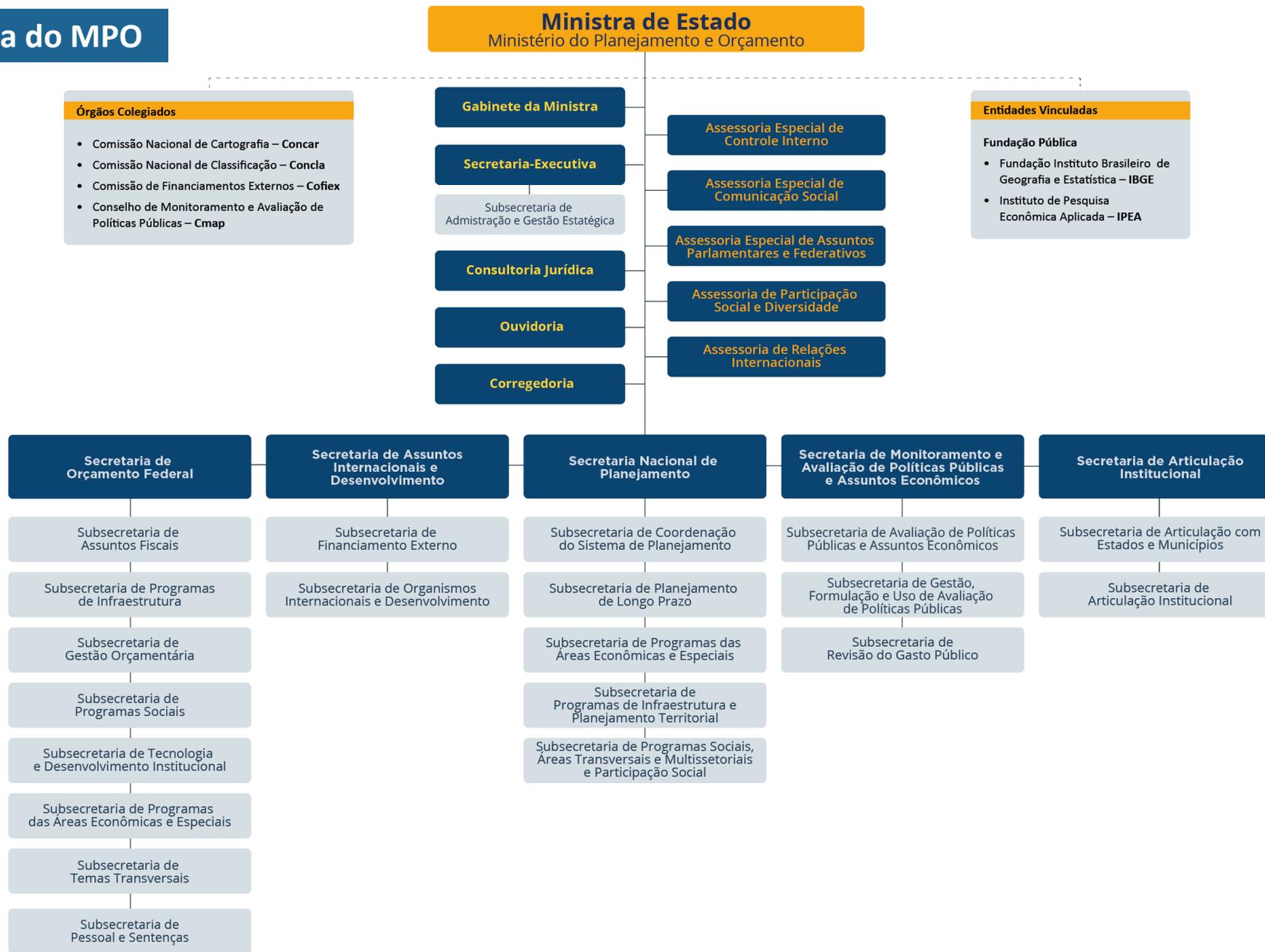
Promover o **planejamento, a avaliação e a alocação de recursos** de forma **eficiente, transparente e participativa**, para o **desenvolvimento e crescimento sustentável** e inclusivo do País.

Estrutura Organizacional

A Estrutura Organizacional do MPO, definida pelo Decreto nº 11.353/2023, encontra-se dividida nas seguintes Secretarias:



Organograma do MPO



Alta Liderança



Ministra do Planejamento e Orçamento
Simone Nassar Tebet
[Conheça o perfil](#)



Secretário Executivo
Gustavo Guimarães
[Conheça o perfil](#)



Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos
Sergio Pinheiro Firpo
[Conheça o perfil](#)



Secretário Substituto da Secretaria de Orçamento Federal
Clayton Luiz Montes
[Conheça o perfil](#)



Secretária Nacional de Planejamento
Virgínia de Ângelis Oliveira de Paula
[Conheça o perfil](#)



Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento
Renata Vargas Amaral
[Conheça o perfil](#)



Secretário de Articulação Institucional
João Victor Villaverde de Almeida
[Conheça o perfil](#)

Planejamento Estratégico Institucional

O Plano Estratégico Institucional (PEI) para o período 2024-2027 é o instrumento principal do planejamento institucional do MPO, contendo:

- a identidade organizacional, traduzida pelo propósito, futuro desejável e valores institucionais;
- o diagnóstico estratégico institucional; e
- os objetivos estratégicos, com seus respectivos indicadores e metas.

A identidade organizacional serve como um guia para orientar as estratégias, objetivos, políticas e práticas da organização. Nesse sentido, por exemplo, este Relatório auxilia na avaliação da execução do propósito do MPO, que é *promover o planejamento, a avaliação e a alocação de recursos de forma eficiente, transparente e participativa, para o desenvolvimento e crescimento sustentável e inclusivo do país.*

O diagnóstico estratégico institucional buscou identificar os principais fatores internos e externos que impactam o funcionamento do Ministério e apontar os maiores desafios para o aprimoramento institucional.

Nesse sentido, por exemplo, este Relatório auxilia na avaliação dos avanços alcançados na solução de um dos problemas que o MPO busca resolver, que é a *melhoria da qualidade do gasto público, por meio de uma gestão mais eficiente e criteriosa dos recursos, buscando maximizar os resultados e impactos das políticas públicas implementadas.*

Os **objetivos estratégicos** são os fins definidos pelo MPO para o cumprimento do seu propósito e para a observância dos valores e do futuro desejável que integram a identidade organizacional do Ministério. Para mensurar os 14 objetivos estratégicos definidos, foram fixados 34 resultados-chave (*key results*), organizados sob três perspectivas: i) resultados para a sociedade e governo, com 3 objetivos; ii) processos internos, com 7 objetivos e 23 resultados; e iii) capacidades institucionais, com 4 objetivos e 11 resultados. Por fim, para garantir que esses resultados serão alcançados, foram definidos 29 projetos, representados por atividades conectadas, limitadas temporalmente e vinculadas ao alcance de um dos resultados pretendidos.

Planejamento Estratégico Institucional

Nesse sentido, este Relatório detalhará a evolução dos resultados e dos projetos no terceiro trimestre de 2024, de forma a avaliar a execução dos objetivos estratégicos do MPO.

O Mapa Estratégico do MPO, representado na próxima página, é um dos pilares fundamentais do PEI. Na sequência também é ilustrada a Cadeia de Valor e a Identidade Organizacional do MPO.

“O planejamento estratégico é um processo de análise, criação de alternativas e tomada de decisão sobre o que é a organização, o que ela faz, e porque ela faz. Além de alocar recursos, essas decisões servem para alinhar propósitos, programas e projetos, pessoas, estruturas e suporte político, bem como gerar aprendizagem organizacional. O produto do planejamento estratégico é um plano, que documenta os desafios, a missão, a visão, os valores, os objetivos, os indicadores, as metas e as ações necessárias para alcançá-las.”

Referência: [Brasil. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão - Guia Técnico de Gestão Estratégica v1.0; Brasília; ME; SEDGG; SEGES, 2019. Versão 1/2020.](#)

Mapa Estratégico | 2024-2027

Propósito

Promover o planejamento, a avaliação e a alocação de recursos de forma eficiente, transparente e participativa, para o desenvolvimento e crescimento sustentável e inclusivo do país.

Futuro Desejável

Planejamento, orçamento e avaliação de políticas públicas integrados, transparentes e fortalecidos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do País.

Valores

Ética e Integridade

Comprometimento

Transparência

Eficiência e Excelência

Sustentabilidade

Democracia

Colaboração e Cooperação

Diversidade

Resultados para Governo e Sociedade

OE 01 - Melhorar a qualidade das políticas públicas por meio do planejamento, avaliação e alocação eficiente de recursos

OE 02 - Promover a distribuição eficiente de recursos públicos, visando a redução das desigualdades sociais e econômicas

OE 03 - Fortalecer a transparência e eficiência na elaboração e execução do ciclo orçamentário, alinhando-se às tendências globais de desenvolvimento sustentável e governança

Processos Internos

OE 04 - Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A

OE 05 - Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados

OE 06 - Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União

OE 07 - Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável

OE 08 - Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal

OE 09 - Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais

OE 10 - Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano

Capacidades Institucionais

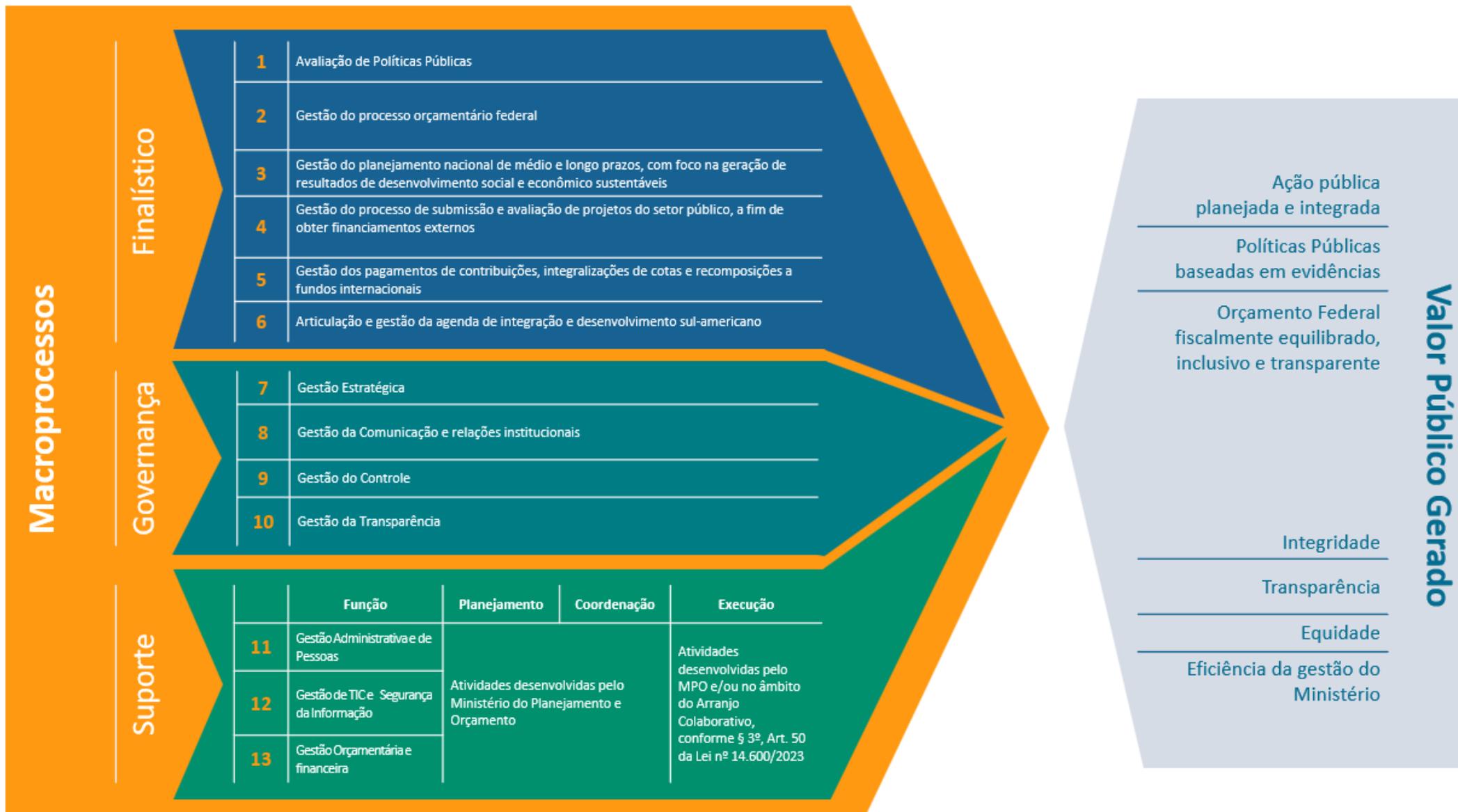
OE 11 - Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas

OE 12 - Estimular o bem- estar e o desenvolvimento das pessoas

OE 13 - Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital

OE 14 - Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional

Cadeia de Valor



Identidade Organizacional

Como o PEI nos move



Propósito

O que buscamos?

Promover o planejamento, a avaliação e a alocação de recursos de forma eficiente, transparente e participativa, para o desenvolvimento e crescimento sustentável e inclusivo do País.



Futuro Desejável

Onde queremos chegar?

Planejamento, orçamento e avaliação de políticas públicas integrados, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e inclusive do País



Valores

Como faremos?

- Ética e integridade
- Comprometimento
- Transparência
- Eficiência e Excelência
- Sustentabilidade
- Democracia
- Colaboração e Cooperação
- Diversidade



Valor Público

O que vamos gerar?

- Ação pública planejada e integrada
- Políticas Públicas baseadas em evidências
- Orçamento Federal fiscalmente equilibrado, inclusivo e transparente
- Integridade
- Transparência
- Equidade
- Eficiência da gestão do Ministério

Aprovada pelo **Comitê Ministerial de Governança (CMG) do MPO, em 31.05.2023**, a identidade organizacional compreende o estabelecimento da cultura e da razão de ser da instituição, traduzida pelas declarações de propósito, futuro desejável e valores.

Maiores informações sobre o PEI/MPO podem ser visualizadas em <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/comite-ministerial-de-governanca/planejamento-estrategico-e-institucional-pei-1>.

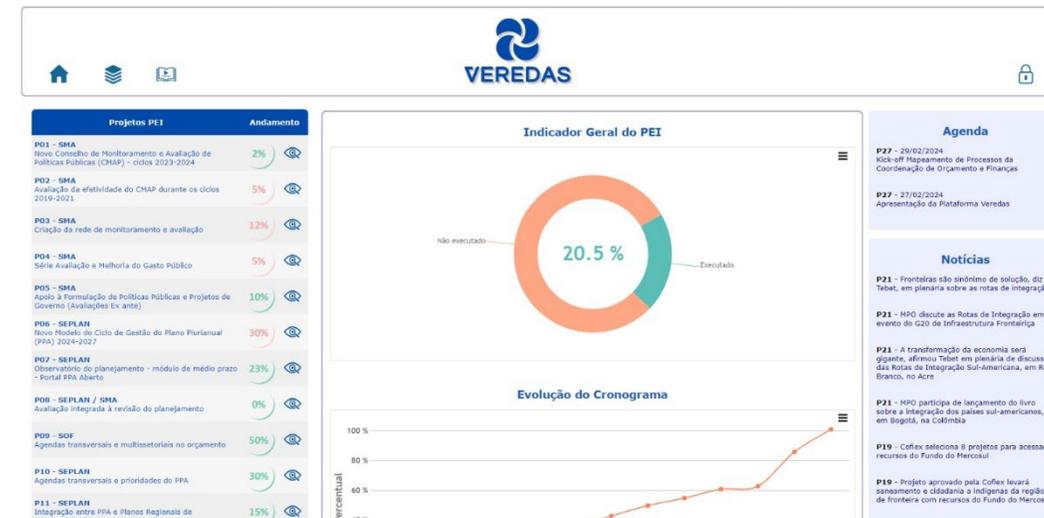
Resultados-chave e Projetos

Para acompanhar e avaliar o alcance dos resultados-chave e dos projetos a eles vinculados, o Ministério do Planejamento e Orçamento desenvolveu o sistema informatizado **Veredas**, no qual as Secretarias responsáveis podem incluir mensalmente informações sobre o andamento dos seus projetos. Dessa forma, é possível avaliar o progresso dos indicadores e o andamento das tarefas de cada cronograma.

O monitoramento proporcionado pelo Veredas permitirá que os servidores e as lideranças do MPO tenham uma visão abrangente e precisa sobre o desenvolvimento da estratégia institucional, permitindo ajustes nas equipes ou nas ações planejadas para que os objetivos estratégicos traçados sejam alcançados ao final do período.

Além disso, o Veredas facilitará a comunicação à sociedade, por meio dos relatórios trimestrais, dos avanços e das dificuldades identificados, garantindo a transparência e incentivando o controle social. Nesse sentido, monitorar e avaliar continuamente os projetos e resultados-chave será essencial para aumentar as chances de entregar à sociedade melhores serviços e políticas públicas mais eficientes.

Os resultados-chave de cada um dos objetivos estratégicos são apresentados nos próximos *slides*.



“Indicadores são instrumentos que permitem observar, identificar e mensurar aspectos relacionados à evolução de um determinado objeto que, no caso da gestão estratégica, pode ser um objetivo, um processo ou um projeto. Ao prover informações de forma sumarizada, os indicadores reduzem a necessidade de informações para ilustrar com precisão uma situação e permitem comunicar um fenômeno complexo de forma simples para as partes interessadas, mas sem explicar por que a mudança ocorreu.”

Referência: [Brasil. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão - Guia Técnico de Gestão Estratégica v1.0; Brasília; ME; SEDGG; SEGES, 2019. Versão 1/2020.](#)

Resultados-chave por Objetivos Estratégicos

Processos Internos

OE 04	OE 05	OE 06
<p>- Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A</p>	<p>Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados</p>	<p>Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União</p>
<ul style="list-style-type: none"> • R01 - Concluído o ciclo CMAP 2024, seguindo um ciclo curto, com todas as avaliações executivas entregues e recomendações aprovadas; • R02 - Elaborado relatório técnico com recomendações para embasar a concepção do projeto de lei complementar (PLP); • R03 - Garantido que até o final de 2024, tenham sido realizados no mínimo seis eventos da série 'Avaliação e melhoria do gasto público', com o lançamento de ao menos seis boletins; e • R04 - Executadas, pelo menos, 20 avaliações <i>ex-ante</i> de políticas públicas até o final de 2024. 	<ul style="list-style-type: none"> • R05 - Regulamentada a implementação de quatro inovações do PPA 2024-2027 (Agendas Transversais; Prioridades; Integração com os Planos Regionais de Desenvolvimento e Participação Social); • R06 - Publicado Painel com acompanhamento periódico dos Indicadores-Chave Nacionais e dos resultados dos 88 programas do Plano Plurianual 2024 – 2027; e • R07 - Incorporadas avaliações de uma agenda transversal (ambiental) e uma prioritária (climática) nas revisões do PPA, com vistas ao aperfeiçoamento e integração de instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação. 	<ul style="list-style-type: none"> • R08 - Aumentado para 20% o percentual de ações orçamentárias vinculadas às Agendas Transversais e Multissetoriais; • R09 - Promovida a transparência ativa do orçamento nas agendas transversais e multissetoriais por meio da publicação de cinco relatórios anuais; • R10 - Aprimorada a atuação governamental por meio da análise e publicação anual dos resultados vinculados às cinco Agendas Transversais e seis prioritárias; • R11 - Aprimorada a atuação governamental por meio da análise e publicação anual dos resultados vinculados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e ao PPA Participativo; • R12 - Integrado o PPA 2024- 2027 com os Planos Regionais de Desenvolvimento, por meio da pactuação de 778 ações executadas em conjunto; • R13 - Aperfeiçoada a identificação dos gastos de uma Agenda Transversal (ambientais e climáticos) no âmbito do PPA e dos Orçamentos da União.

Resultados-chave por Objetivos Estratégicos

Processos Internos

OE 07	OE 08	OE 09	OE 10
<p>Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável</p>	<p>Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal</p>	<p>Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais</p>	<p>Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano</p>
<ul style="list-style-type: none"> • R14 - Melhorada a coordenação federativa e setorial por meio da publicação de um Plano Nacional de Longo Prazo; e • R15 - Melhorada a tomada de decisão no presente, por meio da publicação de quatro relatórios contendo análises prospectivas e recomendações. 	<ul style="list-style-type: none"> • R16 - Revisados todos os produtos de ações orçamentárias na elaboração do PLOA e no processamento de pedidos de créditos; • R17 - Proposto o texto de uma Nova Lei de Finanças Públicas; • R18 - Promovida a qualidade do gasto público por meio da publicação de no mínimo dois relatórios específicos e singulares de revisão de gastos do ano em curso; e • R19 - Implementada a plurianualidade em 100% das ações orçamentárias até 2027. 	<ul style="list-style-type: none"> • R20 - Simplificada e aumentada a transparência e previsibilidade em 100% dos processos de autorização para preparação de projetos no âmbito da Cofix; e • R21 - Disponibilizadas para a sociedade informações detalhadas e atualizadas sobre 100% dos pagamentos a organismos internacionais dos quais o Brasil faz parte. 	<ul style="list-style-type: none"> • R22 - Contribuído com a institucionalização da governança da Integração e Desenvolvimento Sul-Americano; e • R23 - Apoiada a construção de uma nova Carteira de Projetos prioritários de Integração da Infraestrutura Regional Sul- Americana.

Resultados-chave por Objetivos Estratégicos

Capacidades Institucionais

OE 11	OE 12	OE 13	OE 14
Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas	Estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
<ul style="list-style-type: none"> R24 - Elaborado um diagnóstico integrado contendo recomendações conjuntas para fortalecimento das relações institucionais 	<ul style="list-style-type: none"> R25 - Realizado um diagnóstico de qualidade de vida e bem-estar no MPO; R26 - Alcançada a adesão de 30% dos servidores nas trilhas de capacitação; e R27 - Lançada a 1ª Turma do mestrado aplicado ao Planejamento e Orçamento Público. 	<ul style="list-style-type: none"> R28 - Publicada a Política de Transformação Digital do MPO; R29 - Disponibilizados, pelo menos, dois produtos digitais (Intranet e Portal de Colegiados); e R30 - Acelerada a transformação digital, por meio da pactuação de pelo menos uma parceria estratégica. 	<ul style="list-style-type: none"> R31 - Publicada a metodologia de gestão de projetos; R32 - Publicada a metodologia de gestão de processos; R33 - Realizado 40% das ações previstas no Plano de Integridade; e R34 - Tratados 35% dos riscos prioritizados no Plano de Gestão de Riscos.

2

Desempenho da Gestão



2.1

Desempenho da Gestão

Processos Internos

Processos Internos

Processos Internos

Essa perspectiva está relacionada à identificação dos principais processos da organização necessários para cumprir suas atribuições finalísticas, garantindo o atendimento das necessidades e das demandas da sociedade.

OE 04	OE 05	OE 06	
Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União	
OE 07	OE 08	OE 09	OE 10
Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais	Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano

Destaques

MPO DETALHA

Projeto de Orçamento para 2025

Compromisso do governo com o equilíbrio fiscal e o crescimento sustentável

ECONOMIA

Revisão de gastos gera economia de R\$ 25,9^{bi}

MPO apresenta

Avaliação de Políticas Públicas

MPO apresenta ao Congresso Nacional Resultados das avaliações de Políticas Públicas

MPO publica

PPA Participativo Aberto

Ferramenta disponibiliza dados sobre entregas previstas no PPA

BRASIL QUITA

Compromissos com Organismos Internacionais

R\$ 1,3^{bi}

Processos Internos

A pauta finalística do MPO, representada na perspectiva de Processos Internos no [Mapa Estratégico](#), avançou de modo consistente no terceiro trimestre de vigência do [PEI 2024-2027](#).

Dos resultados-chave planejados para essa perspectiva em 2024, sete já foram alcançados, o que representa 30% do total. Além disso, 42% das tarefas dos projetos estratégicos nessa área foram concluídas e 27% já estão em andamento.

De modo complementar, os eventos indicados na sequência confirmam o compromisso do MPO com seus objetivos estratégicos. Assim, importantes passos foram dados em direção ao futuro desejado constante da identidade organizacional do Ministério, que é **planejamento, orçamento e avaliação de políticas públicas integradas, transparentes e fortalecidos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do País**.

“Essa perspectiva [de Processos Internos] identifica os processos internos críticos para criar e entregar a proposta de valor aos clientes, beneficiários e usuários dos produtos e serviços da organização. Esses processos devem ser monitorados continuamente para garantir o alcance dos resultados da organização. A identificação e diagnóstico desses processos é fundamental para definir as competências-chave das pessoas e determinar as necessidades de tecnologia, informação e recursos para executar as atividades da organização.”

Referência: [Brasil. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão - Guia Técnico de Gestão Estratégica v1.0; Brasília: ME; SEDGG; SEGES, 2019. Versão 1/2020.](#)

OE 04

OE 04 - Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de Monitoramento e Avaliação - M&A.

Um estudo realizado pelo MPO revelou que os subsídios da União representaram 5,96% do PIB, totalizando R\$ 647 bilhões. O resultado demonstra estabilidade em relação aos subsídios concedidos pelo governo federal no ano anterior (2022), quando alcançaram 5,98% do PIB. Esse equilíbrio ocorre após dois anos de significativa expansão.

A maior parte (80,3%) desses subsídios é tributário, 12,9% são creditícios e 6,8% financeiros. O programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi destacado pelo aumento significativo de subsídios, de R\$ 0,7 bilhão em 2022 para R\$ 9,3 bilhões em 2023. Importante destacar que evidências, [como a avaliação conduzida pelo CMAP](#), indicam que o MCMV é eficaz em reduzir o percentual de famílias vivendo em condições inadequadas, com impactos positivos sobre o bem-estar das famílias atendidas, evidenciado por melhorias significativas em indicadores de saúde infantil.

O estudo também apontou uma redução nos benefícios creditícios e um aumento nos benefícios financeiros, refletindo as mudanças nas políticas públicas e nas condições econômicas do país. Os dados constam na [8ª edição do Orçamento de Subsídios da União \(OSU\)](#).

Juntamente com essa edição, foi lançado um [painel digital](#) para consultas detalhadas sobre subsídios desde 2003, promovendo maior transparência e acessibilidade às informações sobre os gastos públicos, refletindo o compromisso do Ministério do Planejamento e Orçamento com a transparência e a boa gestão dos recursos públicos.

Importante ação para aperfeiçoamento da atuação estatal, o MPO apresentou ao Congresso Nacional os resultados das avaliações conduzidas pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) referente ao ciclo avaliativo 2023-2024, referentes às políticas financiadas por subsídios da União e de políticas ou programas financiados por gastos diretos da União, conforme prevê a Lei nº 13.971/2019.

Processos Internos

As avaliações constam no [Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas](#), que apresenta os resultados de seis políticas públicas: Wi-Fi Brasil, Operação Carro-Pipa, Combate ao Desmatamento, Lei de Incentivo ao Esporte, Operação de Usinas Termoelétricas e Fundo Clima, todas com árvores de problemas e modelos lógicos desenvolvidos para facilitar a compreensão do diagnóstico e do funcionamento das políticas.

O trabalho resultou na elaboração de 33 propostas de aprimoramento para políticas públicas, formuladas em colaboração entre avaliadores e coordenadores de avaliação. Essas propostas visam identificar necessidades e sugerir melhorias nas políticas em vigor. As propostas foram discutidas com os gestores responsáveis, que forneceram comentários por meio de notas técnicas, reconhecendo-as como construtivas e viáveis para implementação, destacando as prioridades na aplicação das recomendações.

Promovido pelo MPO em parceria com o Ministério da Igualdade Racial (MIR), foi realizado o [3º Seminário de Avaliação e Melhoria do Gasto Público](#), que teve como tema central a incorporação da perspectiva racial na avaliação de políticas públicas no Brasil. O secretário Sergio Firpo destacou a relevância histórica e atual do tema, ressaltando que, apesar de sempre estar presente, a questão racial só recentemente começou a ser abordada de forma explícita nas políticas públicas. Um exemplo disso foi a avaliação do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas sobre a Lei de Cotas, que propôs ajustes para ampliar as oportunidades dos alunos cotistas.

A inclusão da perspectiva racial é essencial para tornar as análises de gastos públicos mais eficazes, defendendo a criação de uma estrutura de monitoramento interministerial para garantir transparência e a aplicação adequada dos recursos, afirmou Yuri Silva, do MIR. Paola Martínez, do BID, destacou como as desigualdades raciais afetam diretamente a população negra no Brasil, impactando indicadores como desemprego e renda, e que a redução dessas desigualdades é fundamental para o crescimento econômico e sustentável do país.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P01, P02, P03, P04 e P05) relacionados ao OE 04 foi de 31%, frente a 52% previsto para o período.

OE 05

Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados

O MPO publicou o [relatório "Neoindustrialização, trabalho, emprego e renda"](#), que destaca as iniciativas do governo federal em 46 dos 88 programas do PPA 2024-2027, focadas na industrialização do Brasil com inovação, sustentabilidade e inclusão social. O documento faz parte da série "Planejamento Nacional" e apresenta 141 objetivos e 498 entregas, envolvendo 26 ministérios. A integração do PPA com a nova política de desenvolvimento industrial (Nova Indústria Brasil) e as políticas de trabalho, emprego e renda visa garantir coerência, coordenação e monitoramento de resultados para promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Além da integração do PPA com a política de desenvolvimento industrial, também existe forte convergência entre o plano e os compromissos do Brasil com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como evidencia o [relatório "Planejamento Orientado à Agenda 2030"](#). O relatório foi apresentado pelo MPO durante o Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York.

O relatório identifica as ações previstas no PPA e que possuem correlação, por pertinência temática, às 169 metas dos 17 ODS. Com o monitoramento intensivo do progresso do PPA, será possível acompanhar o avanço do cumprimento da agenda 2030 pelo Brasil.

Importante ação para aprimorar a governança do PPA, o MPO lançou o ["PPA Aberto"](#), uma plataforma interativa que permite ao cidadão acompanhar a execução dos programas do Plano Plurianual 2024-2027, promovendo transparência e controle social. A ferramenta oferece acesso a informações detalhadas sobre o desempenho de metas e objetivos, além de permitir a exploração dos programas realizados pelos ministérios. Em uma fase futura, o painel incluirá dados sobre Agendas Transversais, Prioridades e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Processos Internos

Com o lançamento da plataforma, mais um importante resultado-chave do PEI foi alcançado: “R06 - Publicado Painel com acompanhamento periódico dos Indicadores-Chave Nacionais e dos resultados dos 88 programas do Plano Plurianual 2024 – 2027”.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P06, P07 e P08) relacionados ao OE 05 foi de 49%, frente a 51% previsto para o período.

OE 06

Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União

A construção de um Brasil desenvolvido, ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas, sem exceção, vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades foi tema de debate durante o seminário “[Transversalidade da Perspectiva Racial - Agenda Igualdade Racial](#)”, promovido pela SOF/MPO, em parceria com a SEPLAN/MPO e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O evento reforçou a necessidade de consolidar ações orçamentárias focadas na igualdade racial, envolvendo ministérios para atender às demandas de negros, quilombolas e comunidades tradicionais. O seminário faz parte de uma série de eventos que discutem as agendas transversais do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, promovendo capacitação de servidores públicos para aprimorar políticas públicas voltadas à população negra e comunidades tradicionais. Esses encontros resultam em guias metodológicos que orientam a implementação da transversalidade nas políticas públicas.

A agenda transversal "Meio Ambiente" recebeu uma proposta para identificar e classificar os gastos climáticos nos Orçamentos da União, como parte do projeto

"Classificadores do Gasto Público em Mudança Climática, Gestão de Riscos e Biodiversidade". A proposta foi apresentada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao MPO.

A metodologia desenvolvida pelo BID, já usada em países da América Latina e Caribe, aplica a Classificação das Funções de Governo (Cofog) para identificar tanto os gastos voltados diretamente ao clima quanto aqueles com impacto significativo. Compatível com o Sistema de Contas Nacionais da ONU e o Manual de Estatísticas de Finanças Públicas do FMI, essa abordagem facilita a comparação internacional e aumenta a transparência na gestão dos recursos orçamentários para enfrentar as mudanças climáticas.

A quantificação desses gastos, coordenada pela SOF e a Seplan, busca otimizar a alocação de recursos para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e seus impactos. O projeto, que envolve órgãos como Ipea, IBGE e diversos ministérios, reforça o compromisso do governo com a transformação ecológica, conforme previsto no PPA 2024-2027 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024. A iniciativa está alinhada a outras ações sustentáveis do governo, como o desenvolvimento de uma taxonomia das finanças sustentáveis e o lançamento de títulos soberanos sustentáveis.

Foi realizado, em parceria com o BID, o [5º Seminário Transversalidade, com foco nos Povos Indígenas](#). O objetivo foi discutir a integração da perspectiva indígena nos instrumentos de planejamento e orçamento, como o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2026 e o Plano Plurianual (PPA) de 2024-2027.

O principal propósito do seminário foi a elaboração de um guia, com previsão de publicação até o final de 2024, que fornecerá diretrizes para a implementação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas. O evento contou com a participação de indígenas e servidores de órgãos indigenistas, que discutiram os desafios e as oportunidades para criar políticas inclusivas que respeitem os direitos dessa população. Lideranças como Marcos Kaingang e Maurício Terena reforçaram a necessidade de políticas "por indígenas, para indígenas", enquanto Lúcia Alberta de Oliveira, da Funai, ressaltou a importância de maior sensibilidade dos gestores públicos na abordagem das realidades indígenas.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P09, P10 e P11 e P12) relacionados ao OE 06 foi de 36%, frente a 35% previsto para o período.

Processos Internos

OE 07

Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável

A governança para elaboração da Estratégia Nacional de Longo Prazo, denominada de Estratégia Brasil 2050, foi definida por meio da publicação da [Portaria nº 244/MPO](#), que define os procedimentos, objetivos, responsabilidades e prazos para orientar todo o trabalho.

A elaboração da proposta será coordenada pela SEPLAN/MPO e deverá ser finalizada até julho de 2025. O plano pretende tornar realidade o Artigo 3º da Constituição, ao trazer orientações estratégicas para reduzir desigualdades sociais e regionais; enfrentar as mudanças climáticas; garantir um crescimento sustentável e inclusivo; e promover um aumento dos investimentos de todos os segmentos e portes de negócios, do familiar à grande empresa.

A elaboração da Estratégia Brasil 2050 segue o modelo do Plano Plurianual Participativo (PPA 2024-2027) e se baseia em três questões centrais: que país somos hoje, que país queremos ser em 2050 e como chegaremos lá. O plano está estruturado em três eixos: desenvolvimento social, desenvolvimento econômico sustentável e fortalecimento das instituições democráticas.

Para garantir o alinhamento entre governo, sociedade civil, setor produtivo e academia, o processo contará com um diálogo nacional ao longo do segundo semestre de 2024 e o primeiro semestre de 2025. Ao final, espera-se definir diretrizes, valores e metas para construir o "Brasil que queremos em 2050", com a mobilização de parcerias e recursos para orientar o desenvolvimento do país nas próximas décadas.

Ao falar aos secretários-executivos e representantes dos 39 ministérios do governo federal, a Ministra Simone Tebet destacou que a Estratégia Brasil 2050 traçará o futuro do país para os próximos 25 anos, já oferecendo soluções para os desafios atuais. Segundo a ministra, o plano

mostrará ao mundo que o Brasil é um país seguro para investimentos internacionais, comprometido com a sustentabilidade, com uma economia verde, que cuida da sua população e promove políticas públicas de inclusão social.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P13 e P14) relacionados ao OE 07 foi de 08%, frente a 13% previsto para o período. Importante ressaltar que o Projeto P14, referente ao Observatório do Planejamento - módulo longo prazo, foi reestruturado, pois depende da conclusão do P13 (Estratégia Brasil 2050), previsto para julho de 2025.

OE 08

Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal

Como importante medida de transparência, o MPO apresentou o processo de revisão de gastos, cujo foco está nas medidas que impactam o ciclo orçamentário de 2023-2025, com uma **economia prevista de R\$ 25,9 bilhões para 2025**. Sob o lema "Revisar para repriorizar", a iniciativa busca aumentar a eficiência do gasto público e garantir o cumprimento das metas fiscais, sem cessar benefícios sociais. O processo já trouxe resultados positivos, como a economia de R\$ 1,3 bilhão no auxílio-doença, com a revisão de benefícios do INSS.

A revisão envolve um monitoramento constante de políticas públicas, sendo detalhada antes do envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2025 ao Congresso. As medidas principais incluem revisões de concessões do Benefício de Prestação Continuada (BPC), INSS e Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). Além disso, o Projeto de Lei nº 1.847/2024, em tramitação, propõe regras mais rigorosas para a concessão e revisão de benefícios, visando garantir e ampliar as economias anunciadas.

O projeto de revisão de gastos do MPO "P17 – Spending Review" apresenta excelente desenvolvimento, com 97% das tarefas previstas para o ano de 2024 já concluídas.

Processos Internos

O compromisso com o equilíbrio fiscal foi ratificado pelo governo federal, por meio de entrevista coletiva, promovida pelo MPO e Ministério da Fazenda (MF). Na ocasião, foi apresentado o Projeto de Lei Orçamentária de 2025, que prevê um superávit primário de R\$ 3,7 bilhões. A proposta contempla aumento no salário-mínimo para R\$ 1.509,00 e fixa o limite de despesas primárias em R\$ 2,249 trilhões, além de prever R\$ 60,9 bilhões para o Novo PAC. O plano de orçamento reflete um esforço conjunto entre todos os ministérios, buscando aprimorar a eficiência das políticas públicas e manter o compromisso com o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

O PLOA 2025 prevê também a correção de distorções orçamentárias, com foco na revisão de gastos, como exemplificado pelo controle das despesas com o INSS, Bolsa Família e benefícios sociais. Medidas transitórias, como a elevação das alíquotas da CSLL e do IRRF sobre Juros de Capital Próprio, foram incluídas para compensar a desoneração da folha de pagamentos, demonstrando o compromisso do governo com o equilíbrio fiscal. A previsão de despesas primárias e o cumprimento do Novo Arcabouço Fiscal refletem o esforço para assegurar que as contas públicas estejam em conformidade com as regras fiscais.

Entre as principais despesas para 2025 estão Previdência, pessoal e encargos sociais, e o Bolsa Família, que juntas compõem 92% do total de gastos. O orçamento também contempla recursos significativos para agendas transversais e multissetoriais, como Mulheres, Povos Indígenas e Ambiental. O PLOA 2025 também introduz o orçamento de médio prazo, que será implementado gradualmente, com previsões indicativas para 2026, ampliando a transparência e planejamento das contas públicas.

Com diversos ajustes orçamentários realizados desde 2023, que buscam suprimir conflitos orçamentários e distorções, a recomposição fiscal finalmente está acontecendo. Neste momento, a receita orçamentária está subindo muito acima do crescimento do PIB.

Importante iniciativa da agenda de modernização orçamentária, o projeto “P16 - Nova Lei de Finanças Públicas” já avançou significativamente no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento, tendo contado com a participação de todas as suas secretarias, e está na fase de

interlocução com outros órgãos do Poder Executivo Federal. O objetivo é construir uma proposta de anteprojeto de Lei Complementar de Finanças Públicas, aplicável à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para substituir a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Além desses, também estão associados ao OE 08 os projetos “P15 - Metas Físicas” e “P18 - Marco Orçamentário de Médio Prazo”, que apresentam desenvolvimento conforme planejado.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P15, P16, P17 e P18) relacionados ao OE 08 foi de 67%, frente a 62% previsto para o período.

“Este governo sabe que o único meio para se alcançar o compromisso social é tendo responsabilidade com o dinheiro público, com o gasto público” (...) “Nós não vamos mudar a meta e acabou. O compromisso do governo com a estabilidade fiscal é a única forma de termos inflação baixa. Inflação é o imposto mais perverso na vida dos mais pobres”. Ministra Simone Tebet, em evento a investidores em São Paulo.

Processos Internos

OE 09

Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais

A secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento do MPO, Renata Amaral, participou do "T20 Midterm" no Rio de Janeiro, evento que reúne think tanks e institutos de pesquisa do G20 para debater soluções para desafios globais. Na abertura do terceiro dia, Amaral destacou que o Brasil colocou a desigualdade e a sustentabilidade no centro da agenda do G20, com foco em inclusão social, transições energéticas e reformas nas instituições globais. Ela ressaltou o compromisso do Ministério do Planejamento e Orçamento com políticas públicas de longo prazo e a colaboração internacional, promovendo um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo.

Durante o evento, foi lançado o Communiqué T20 Brasil, síntese das principais recomendações formuladas pelo T20 Brasil, e sua entrega às autoridades do G20, reforçando a importância da colaboração entre os dois grupos. Amaral enfatizou a necessidade de promover igualdade em todas as dimensões, apelando para que a igualdade não seja apenas um objetivo, mas uma realidade, e que os esforços coletivos possam criar um futuro mais inclusivo, equitativo e sustentável para todos.

Dando continuidade à agenda de financiamento externo de projetos brasileiros, a Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) publicou [a Portaria Seaid nº 220](#), que abre o prazo para o envio de propostas de Estados, Distrito Federal e Municípios, para concorrerem ao sublimite específico anual de R\$ 2,7 bilhões, destinado a projetos ambientais ou climáticos. As propostas serão analisadas na 176ª Reunião Ordinária da Cofix e devem estar alinhadas aos objetivos de

conservação da biodiversidade, controle do desmatamento, gestão de recursos hídricos, mitigação de emissões de gases e adaptação às mudanças climáticas.

Durante a reunião ministerial do G20, em julho no Rio de Janeiro, foi lançado o prévio da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, com foco em uma cesta de políticas públicas eficazes para enfrentar esses problemas. A Aliança, copresidida pelos Ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento Social, e com participação do Ministério da Fazenda e do IPEA, busca conectar países interessados em implementar essas políticas com parceiros que ofereçam apoio técnico e financeiro. A iniciativa visa promover programas como transferências de renda, alimentação escolar e apoio à agricultura familiar.

Uma proposta pioneira do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), cuja governança no Brasil cabe ao Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), sugere o uso dos Direitos Especiais de Saque (SDRs) para financiar os projetos da Aliança. Essa medida, apoiada pelo FMI, poderia alavancar os recursos investidos, multiplicando cada dólar aplicado de sete a oito vezes. O presidente Lula e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, manifestaram apoio à proposta, que promete aumentar a capacidade de concessão de crédito para projetos que combatam a fome e a pobreza nos países mais vulneráveis, inclusive na América Latina.

A Aliança visa mobilizar recursos para projetos que enfrentem a fome e a pobreza de forma sustentável, com o BID desempenhando um papel crucial na coordenação, como presidente do grupo de Líderes dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. A ministra Simone Tebet é a governadora do Brasil no BID.

Reforçando seu compromisso com acordos internacionais assumidos, o Brasil, por meio do MPO e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), informou que, até o momento, realizou pagamentos de R\$ 1,3 bilhão para compromissos com organismos internacionais, incluindo R\$ 448,8 milhões destinados à ONU, abrangendo seu orçamento regular, missões de paz e o

Processos Internos

Mecanismo Residual Internacional para Tribunais Penais. Esses pagamentos colocam o Brasil entre os países que estão em dia com suas obrigações financeiras, demonstrando seu apoio ao multilateralismo e à atuação global da ONU, especialmente em um momento de dificuldades de liquidez.

Além da ONU, o Brasil quitou suas contribuições a organizações como UNESCO, OMS, OEA, MERCOSUL e FONPLATA, reforçando sua presença no cenário internacional. Na área ambiental, o país também cumpriu compromissos com o Protocolo de Cartagena, a Comissão Internacional das Baleias (CIB) e a Convenção para a Conservação dos Recursos Marinhos da Antártida (CCAMLR), reiterando seu compromisso com a sustentabilidade e a cooperação global. A adimplência é fruto do esforço conjunto do MPO e MRE, reafirmando a importância do Brasil no cenário internacional.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P19 e P20) relacionados ao OE 09 foi de 48%, frente a 48% previsto para o período.

OE 10

Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano

Ao explicar sobre o projeto das Rotas de Integração Sul-Americana na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a ministra do Planejamento expressou que as Rotas de Integração Sul-Americana, previstas para serem concluídas até 2030, tem potencial para gerar impacto importante no crescimento do PIB brasileiro, ao dinamizar as trocas comerciais entre o Brasil e os demais países da América do Sul.

Durante o encontro, Tebet apresentou o projeto, que inclui 190 obras de infraestrutura no Brasil, que estão contempladas no PAC. Além destas, o projeto conta com financiamento de US\$ 10 bilhões para outras iniciativas provenientes de banco de desenvolvimento, dos quais US\$ 3 bilhões são do BNDES para iniciativas brasileiras e US\$ 7 bilhões para iniciativas nos

outros países da América do Sul. Ela destacou a importância dessas rotas para aumentar a renda e as oportunidades de negócios no Brasil e nos vizinhos, além de reduzir distâncias e tempos de transporte para a Ásia, aumentando a competitividade brasileira

Os empresários presentes demonstraram grande interesse no projeto, considerando as rotas uma oportunidade para melhorar a competitividade, reduzir custos de frete e com uma relevância geopolítica significativa. Além disso, Tebet foi questionada sobre a responsabilidade fiscal e destacou os esforços de revisão de gastos, assegurando que o governo está confiante no cumprimento das metas fiscais para 2024 e 2025.

O projeto foi ainda discutido em um evento organizado pela revista Carta Capital, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ministra Simone Tebet defenderam o reforço da integração Sul-Americana, destacando o impacto positivo desse projeto para a redução de desigualdades e a criação de empregos. Lula afirmou que a união dos países da região é fundamental para o crescimento econômico, enquanto Tebet reforçou que as cinco rotas de integração permitirão o aumento da competitividade e oportunidades econômicas no Brasil e nos países vizinhos.

A integração, segundo os participantes, trará benefícios em termos de infraestrutura e desenvolvimento regional, com potencial de aumentar o fluxo comercial e a participação nas cadeias globais de valor. O representante do BID, Morgan Doyle, destacou que a maior inserção nessas cadeias pode aumentar significativamente o PIB per capita. A iniciativa, além de impulsionar o comércio com a China, também visa facilitar o acesso a mercados globais, beneficiando a competitividade dos países da região em uma economia cada vez mais globalizada.

O MPO intensificou os esforços para realizar a primeira reunião da [Comissão Interministerial para a Infraestrutura e Planejamento da Integração da América do Sul](#), instituída pelo Decreto nº 12.034/2024. O foco da primeira reunião está em aprovar as minutas de Regimento Interno da comissão e o Plano de Trabalho.

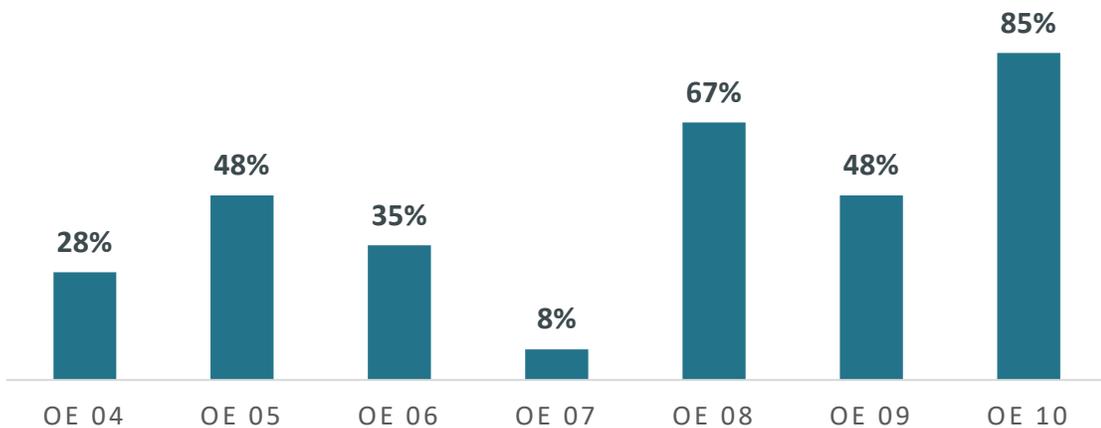
O OE 10 conta em seu portfólio com o projeto P21, que apresenta o percentual de progresso de 85%, frente a 85% previsto para o período.

[Nas páginas a seguir, são apresentados mais detalhes sobre o andamento dos projetos referentes aos objetivos estratégicos acima indicados.](#)

Processos Internos

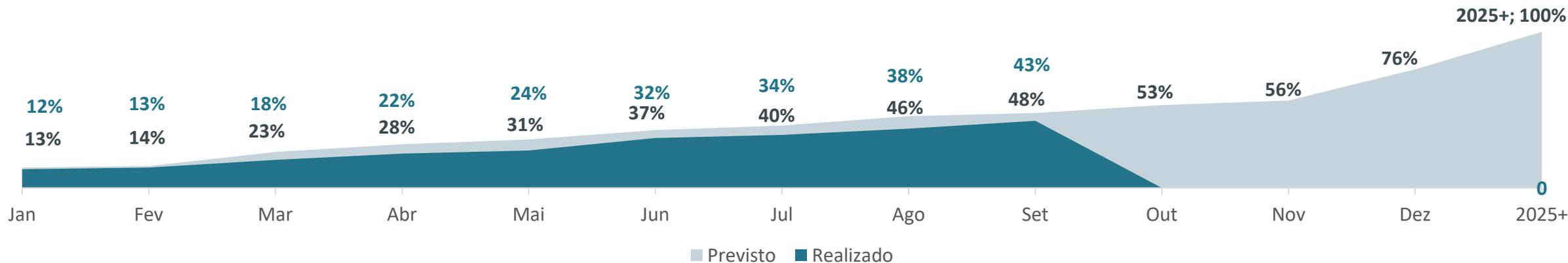
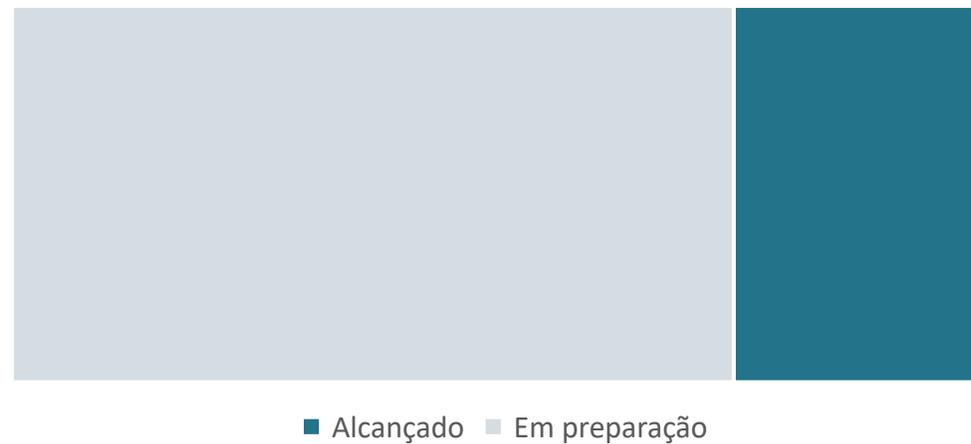
Desempenho por Objetivo Estratégico

% de tarefa concluída



Resultados-chave

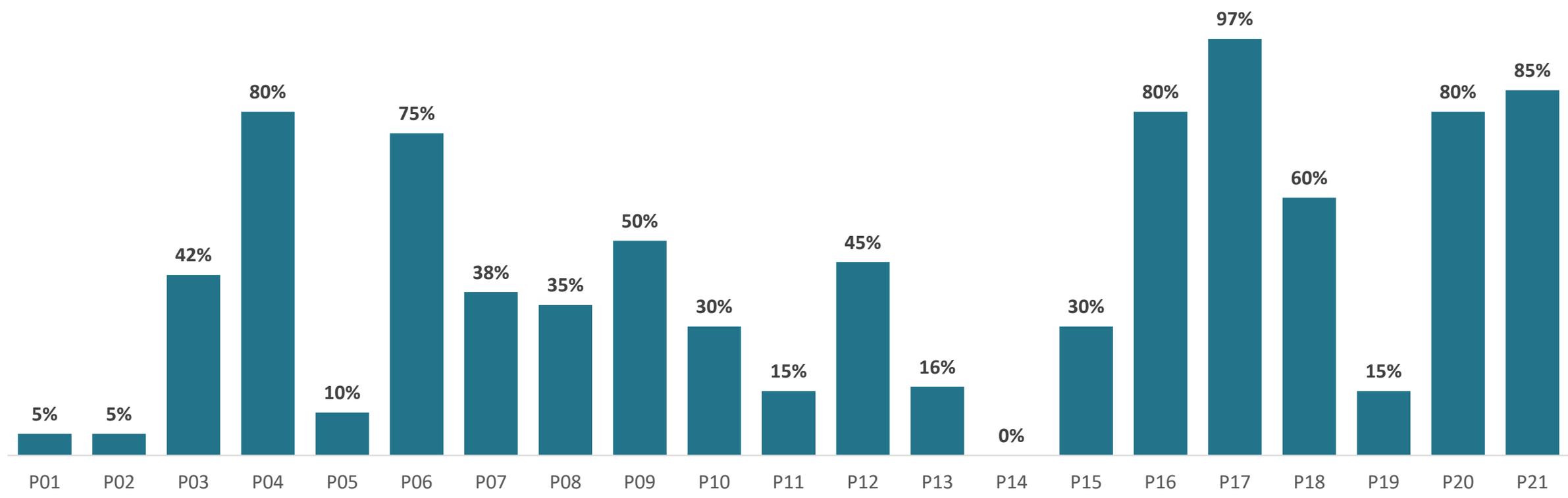
% alcançado



Processos Internos

Desempenho por Projetos

% executado



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P01 Novo CMAP Ciclos 2023 - 2024

Realizar avaliações *ex post* de políticas públicas prioritárias, de forma colaborativa com os setoriais, de modo a alcançar melhorias nas ações e o cumprimento dos compromissos de governo, de forma articulada ao monitoramento do PPA

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R01 - Concluído o ciclo CMAP 2024, seguindo um ciclo curto, com todas as avaliações executivas entregues e recomendações aprovadas;		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R02 - Elaborado relatório técnico com recomendações para embasar a concepção do projeto de lei complementar (PLP);		

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> CMAP conclui e divulga ciclo de avaliações 2023](#)

Destaques

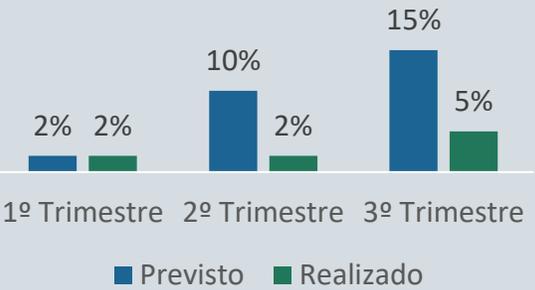
O MPO encaminhou ao Congresso Nacional o [Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas](#), que apresenta os resultados das avaliações conduzidas no âmbito do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), referente às políticas financiadas por subsídios da União e de políticas ou programas financiados por gastos diretos da União, selecionados a partir dos programas finalísticos do PPA, conforme prevê a Lei nº 13.971/2019. O relatório apresenta a árvore de problemas e modelos lógicos para as seis políticas públicas avaliadas: Wi-Fi Brasil; Operação Carro-Pipa; Combate ao Desmatamento; Lei de Incentivo ao Esporte; Operação de Usinas Termoelétricas; e Fundo Clima. As avaliações contribuem para uma melhor alocação dos recursos públicos, para o aprimoramento da atuação governamental, em compasso com a dinâmica das demandas sociais, econômicas e ambientais.

O foco agora está em realizar a seleção de programas para o ciclo de avaliação de 2024 do CMAP, o primeiro após a aprovação da [Resolução nº 7/2024](#), que define critérios de priorização (materialidade, criticidade relevância)

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P02 Avaliação da Efetividade do CMAP durante os ciclos 2019 - 2021

Fortalecer uma rede de M&A, unindo órgãos do governo federal e dos entes da federação para trocas, orientações e formações, aproveitando as estruturas atuais com Conseplan e outras.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R01 - Concluído o ciclo CMAP 2024, seguindo um ciclo curto, com todas as avaliações executivas entregues e recomendações aprovadas		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R02 - Elaborado relatório técnico com recomendações para embasar a concepção do Projeto de Lei Complementar (PLP)		

Notícias relacionadas ao Projeto

-

Destaques

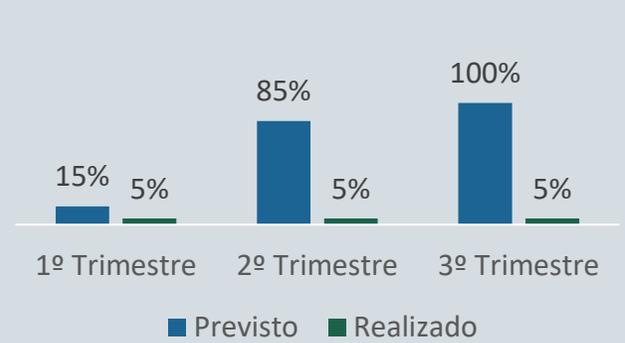
Visando subsidiar estudos sobre o formato ideal de recomendações elaboradas pelo CMAP, a SMA está realizando um diagnóstico sobre a qualidade das recomendações, avaliando sua utilidade, pertinência e viabilidade. Até o momento, foi concluída a categorização e análise crítica de todas as recomendações apresentadas desde 2019.

Uma proposta de parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) está em fase de tramitação, visando acelerar a avaliação da efetividade das recomendações do CMAP para os ciclos de 2019 a 2021, entre outros objetivos. A parceria busca aprimorar os processos de monitoramento e implementação das recomendações, fortalecendo a eficiência e a governança das políticas públicas, com o apoio técnico do BID.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P03 Criação da rede de monitoramento e avaliação (M&A)

Consolidar as lições aprendidas em termos de implementação de recomendações do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) desde 2019, criando as bases para um novo compromisso e nova governança..

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R02 – Elaborado relatório técnico com recomendações para embasar a concepção do projeto de lei complementar (PLP)		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R03 – Garantido que até o final de 2024, tenham sido realizados no mínimo 06 eventos da série Avaliação e melhoria do gasto público, com o lançamento de ao menos 06 boletins		

Notícias relacionadas ao Projeto

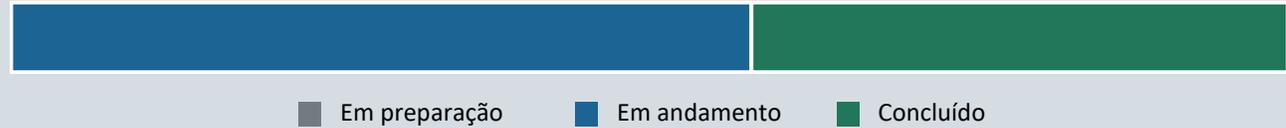
–

Destaques

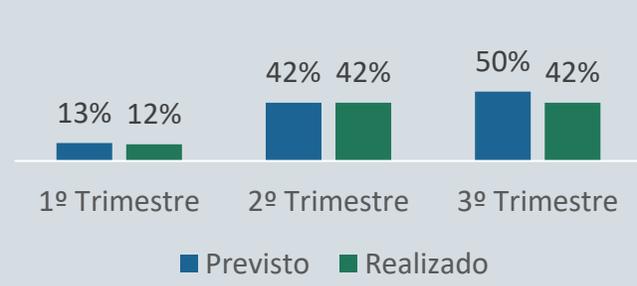
O Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação (M&A), criado no âmbito do Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (Conseplan), como parte da estratégia de articulação e integração entre o governo federal e os entes subnacionais, realizou três encontros no trimestre, de um total de 06 previstos.

O primeiro encontro teve como objetivo principal capacitar os participantes na estruturação de uma Teoria da Mudança e ressaltar as vantagens desse instrumento no contexto de M&A. Já o segundo abordou a devolutiva das teorias da mudança elaboradas pelos Estados, o desenvolvimento de uma cultura de aprendizagem, com foco em avaliação, estruturação de indicadores e quando realizá-los. O terceiro encontro foi destinado a discutir os desafios da alta gestão no processo de implementação de avaliações. O lançamento da rede de M&A também foi pauta do evento. Após cada encontro, será produzido um capítulo que fará parte de um guia prático sobre a gestão da avaliação nos estados. O material será disponibilizado ao público, garantindo fácil acesso aos entes federativos interessados.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P04 Série avaliação e melhoria do gasto público

Disseminar para a sociedade e governo (executivo, legislativo e judiciário) os resultados de avaliações, estimulando o debate sobre temas prioritários para o governo, engajando os atores em um processo de tomada de decisão com base em evidências.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
	R03 – Garantido que até o final de 2024, tenham sido realizados no mínimo 06 eventos da série 'Avaliação e Melhoria do Gasto público', com o lançamento de ao menos 06 boletins	

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> Ministérios do Planejamento e da Igualdade Racial discutem a implementação de políticas públicas que priorizem a equidade racial](#)

Destaques

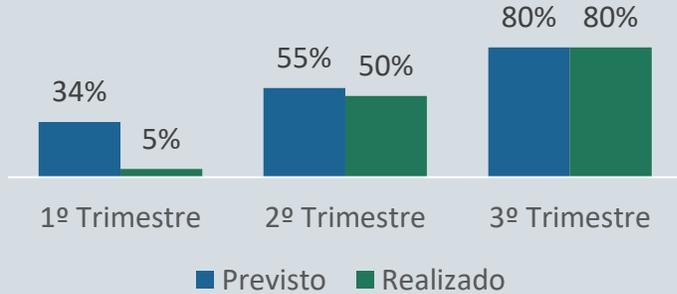
Foi realizado o [3º Seminário de Avaliação e Melhoria do Gasto Público](#), com foco na Igualdade Racial, promovido pelo MPO em parceria com o Ministério da Igualdade Racial (MIR). O debate ressaltou a importância de incorporar a perspectiva racial na avaliação de políticas públicas no Brasil, a inclusão da perspectiva racial na análise de gastos públicos e a criação de uma estrutura interministerial para monitorar o impacto das políticas na população negra. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), presente no evento, defendeu que a redução das desigualdades raciais beneficia o crescimento econômico do país, e que uma abordagem racial nas políticas públicas é essencial para combater o racismo sistêmico e promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Está previsto também que a parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em processo de renovação, contemple a elaboração de boletins sobre as seis políticas avaliadas no âmbito do CMAP em 2023, além de um boletim resumo do ciclo.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P05 Apoio à formulação de políticas públicas e projetos do governo (avaliações *ex ante*)

Realizar avaliações ex Ante de políticas públicas em fase de criação ou redesenho, garantindo maior coerência, desenho adequado e plano de M&A com qualidade.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
	R04 – Executadas, pelo menos, 20 avaliações ex-ante de políticas públicas até o final de 2024	

Notícias relacionadas ao Projeto

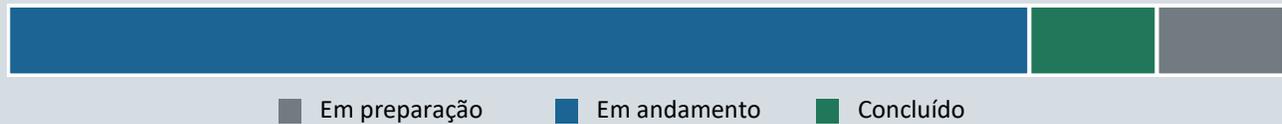
[>> Após dois anos de significativa expansão, subsídios concedidos pela União apresentam estabilidade em 2023](#)

Destaques

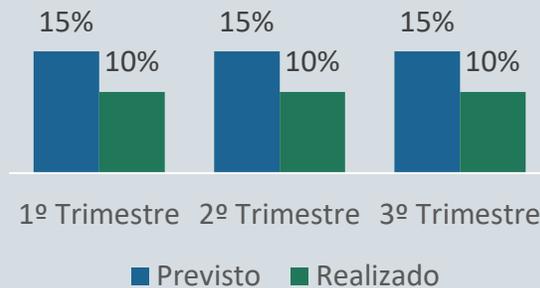
O projeto já atingiu 14 políticas públicas, sendo que para 7 delas todo o processo de avaliação já foi concluído. As 7 avaliações concluídas (Wi-fi Brasil; Operação Carro-Pipa; Combate ao desmatamento ilegal; Lei de Incentivo ao Esporte; Subsídios à operação de usinas Termoelétricas) constam no [Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas](#), encaminhado ao Congresso Nacional em Agosto de 2024.

Também encontra-se em estudo e desenvolvimento uma plataforma de autoavaliação de políticas públicas, denominada Metodologia de Avaliação Padronizada de Políticas Públicas (MAPP), que, por meio de critérios padronizados, possibilitará dar maior escala, celeridade e comparabilidade aos processos de avaliação. A MAPP permite sequenciar o conjunto de respostas em subcritérios, critérios e dimensões. O sequenciamento se dá por meio de uma média ponderada das notas de cada item e permite, por fim, a atribuição de uma nota final (*score* de avaliação) para a política. Além da nota final, a MAPP permite também a elaboração de um diagnóstico apontando espaços de melhorias para políticas, na medida em que é possível identificar quais os itens, subcritérios ou critérios que acabaram por reduzir a nota final atribuída.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação de Políticas Públicas
M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P06 **Novo modelo do ciclo de gestão do PPA 2024-2027**

Publicar normativos que regulamentam todo o processo do ciclo de gestão do PPA 2024-2027

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R05 – Regulamentadas a implementação de 04 inovações do PPA 2024- 2027 (Agendas Transversais; Prioridades; Integração com os Planos Regionais de Desenvolvimento e Participação Social)		

- Notícias relacionadas ao Projeto**
- >> [Relatório mostra convergência entre o PPA 2024-2027 e os compromissos do Brasil com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#)
 - >> [Relatório “Neoindustrialização, trabalho, emprego e renda” mostra forte presença dessa prioridade no PPA 2024-2027](#)
 - >> [Políticas públicas e coordenação são fundamentais para combater as desigualdades e a fome](#)
 - >> [Presidência da República publica decreto que regulamenta a gestão do PPA 2024-2027](#)
 - >> [MPO apresenta aos ministérios setoriais os detalhes da gestão e governança do Plano Plurianual 2024-2027](#)
 - >> [PPA entra na fase de governança e monitoramento após a “reconstrução institucional” do ano passado.](#)

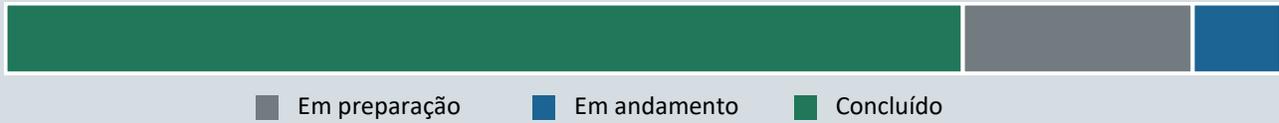
Destaques

A secretária Nacional de Planejamento, Virgínia de Ângelis, apresentou o [relatório "Planejamento Orientado à Agenda 2030"](#) no Fórum Político da ONU, destacando a integração entre o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 do Brasil e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O PPA inclui 88 programas, 464 objetivos e 2.655 entregas, alinhados às 169 metas da Agenda 2030. O relatório reforça o compromisso do Brasil com um desenvolvimento sustentável, promovendo qualidade de vida e diversidade, e inclui mecanismos para monitorar o progresso das metas ao longo dos próximos quatro anos.

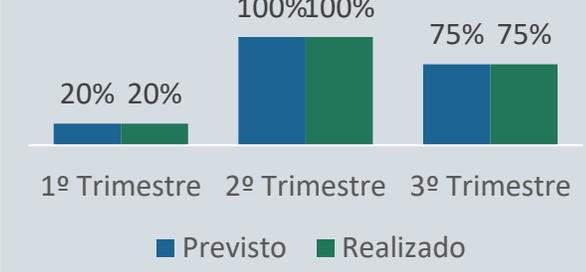
A integração entre o PPA e a política de desenvolvimento industrial foi evidenciada por meio da publicação do [relatório “Neoindustrialização, trabalho, emprego e renda”](#), que detalha a retomada da industrialização brasileira com foco em inovação, sustentabilidade e inclusão social. Este relatório é o primeiro de uma série que abordará as seis prioridades do PPA 2024-2027, como combate à fome e desigualdades, educação, saúde e clima. A série visa apresentar de forma acessível as iniciativas transversais e multissetoriais do governo para enfrentar desafios nacionais complexos.

No trimestre, a SEPLAN ainda concluiu o primeiro monitoramento do PPA 2024-2027, com a conclusão das etapas de captação, controle de qualidade das informações e elaboração de ferramentas de monitoramento do plano. A avaliação e revisão do PPA também está sendo tratada, com o desenho dos fluxos e da estratégia de implementação.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



Cronograma atualizado
 Novas tarefas foram adicionadas ao cronograma para enfrentar os desafios previstos até o final de 2024.

M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P07 Painel PPA Aberto

Garantir a divulgação de informações estruturadas que permitam acompanhar o desempenho do planejamento governamental de médio e longo prazos, assim como dos indicadores-chaves nacionais, por meio do aperfeiçoamento ou da reestruturação do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
		R06 – Publicado Painel com acompanhamento periódico dos Indicadores-Chave Nacionais e dos resultados dos 88 programas do Plano Plurianual 2024 - 2027

Notícias relacionadas ao Projeto

- >> [MPO disponibiliza o PPA Aberto, ferramenta que mostra as entregas previstas no Plano Plurianual](#)
- >> [PPA entra na fase de governança e monitoramento após a “reconstrução institucional” do ano passado.](#)

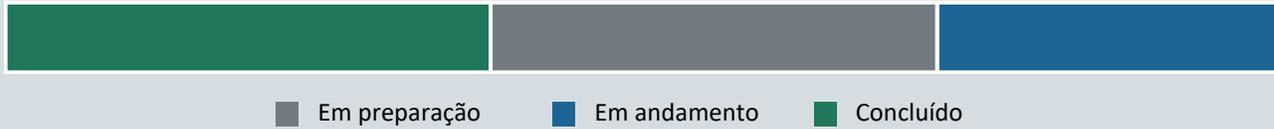
Destaques

O Ministério do Planejamento e Orçamento, por meio da Secretaria de Planejamento Nacional (Seplan), lançou a plataforma interativa [PPA Aberto](#), com o objetivo de promover a transparência e facilitar o acesso da sociedade ao Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. A plataforma permite que os cidadãos acompanhem a execução de programas e metas dos Eixos Temáticos do PPA, verificando o progresso e o impacto na sociedade. A iniciativa visa democratizar o acesso à informação e aprimorar o controle social.

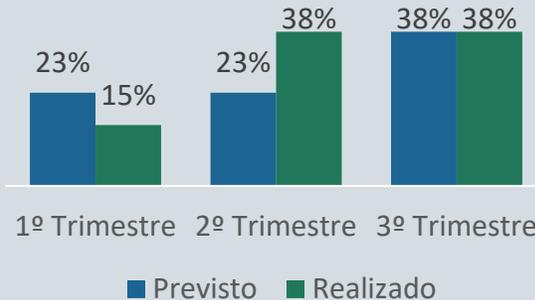
Novos módulos da solução estão sendo desenvolvidos. Numa segunda etapa, serão disponibilizadas informações das Agendas Transversais, Prioridades e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Com o lançamento do PPA Aberto, mais um importante resultado-chave foi alcançado **“R06 – Publicado Painel com acompanhamento periódico dos Indicadores-Chave Nacionais e dos resultados dos 88 programas do Plano Plurianual 2024 – 2027”**.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN e SMA	Secretaria Nacional de Planejamento e Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P08 Avaliação integrada à revisão do planejamento

Objetivo: elaborar sistemática de incorporação de conclusões das avaliações de políticas públicas no processo de revisão do PPA, de modo a promover a melhoria contínua do planejamento governamental.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
	R07 – Incorporadas avaliações de 1 agenda transversal (ambiental) e 1 prioritária (climática) nas revisões do PPA, com vistas ao aperfeiçoamento e integração de instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação.	

Notícias relacionadas ao Projeto

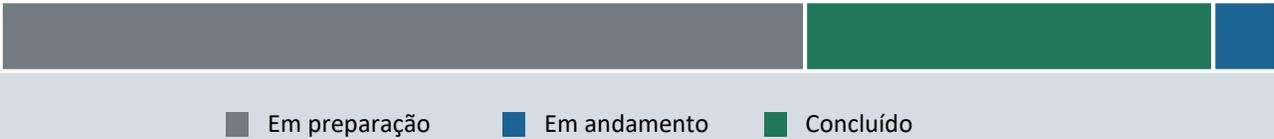
-

Destaques

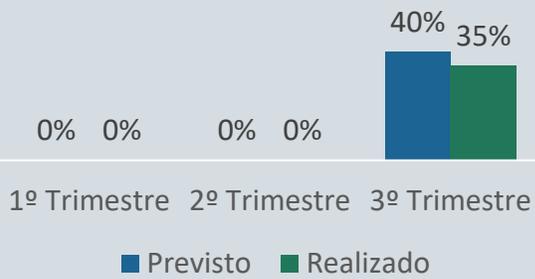
A avaliação do PPA envolve a análise de desempenho dos Programas, confrontando as metas previstas durante a elaboração do programa com o realizado no exercício. Este processo avaliativo tem a finalidade de identificar possíveis problemas no desenho e no processo de implementação dos programas, permitindo a correção de eventuais distorções que prejudicam o alcance dos resultados.

As equipes da SEPLAN e SMA intensificaram os esforços para desenvolver um processo de avaliação eficaz, cujo resultado será incorporado na revisão do plano. O processo também está sendo estudado no âmbito das iniciativas de mapeamento e melhoria de processos, por meio de encontros semanais. De acordo com o Manual de Gestão do PPA, regulado pela [Portaria SEPLAN nº 191/2024](#), a avaliação será conduzida por cada órgão, utilizando perguntas direcionadas para guiar a autoavaliação. A nova abordagem visa promover uma cultura de melhoria contínua, permitindo que as equipes identifiquem áreas de desenvolvimento e implementem estratégias mais alinhadas com os objetivos institucionais.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P09 Agendas transversais e multissetoriais no orçamento

Fazer a gestão orçamentária das cinco Agendas Transversais e Multissetoriais identificadas no contexto da elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, a saber: Mulheres, Crianças e Adolescentes, Igualdade Racial, Povos Indígenas e Ambiental

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R08 – Aumentado para 20% o percentual de ações orçamentárias vinculadas às Agendas Transversais e Multissetoriais		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R09 - Promovida a transparência ativa do orçamento nas agendas transversais e multissetoriais por meio da publicação de cinco relatórios anuais		

Notícias relacionadas ao Projeto

- [>> MPO destaca a importância de considerar a diversidade e as necessidades das pessoas negras no orçamento e planejamento](#)
- [>> Representantes do MPO levam à OCDE a experiência brasileira de orçamentação sensível a gênero](#)
- [>> Agendas transversais conectam planejamento e orçamento, diz secretário do MPO](#)
- [>> Recursos aplicados à primeira infância atingem R\\$ 56,1 bilhões em 2023](#)
- [>> OCDE destaca seis pontos prioritários para aumentar a efetividade da orçamentação de gênero no Brasil](#)

Destaques

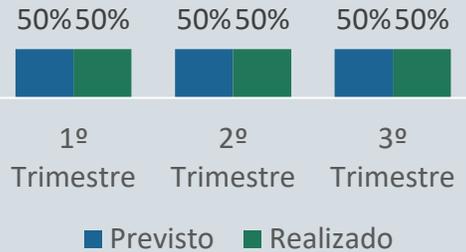
A construção de um Brasil mais desenvolvido e sustentável, onde todos vivam com dignidade e respeito às diversidades, foi o foco do seminário "[Transversalidade da Perspectiva Racial - Agenda Igualdade Racial](#)". Promovido pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), em parceria com a Seplan e o BID, o evento integra uma série de diálogos iniciada em 2023, abordando temas transversais do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, incluindo a igualdade racial e de gênero.

O projeto está dividido em 4 etapas: a) etiquetagem no PLOA; b) elaboração do resumo e demonstrativo no PLOA; c) construção de consulta às agendas no Painel do Orçamento Federal; e d) elaboração de relatórios de execução orçamentária e físico financeira das Agendas. As três primeiras etapas do projeto tiveram as suas entregas concluídas conforme planejado e a última (elaboração de relatórios) está em preparação. As três primeiras etapas do projeto geraram as seguintes entregas: i) consultas aos setoriais; ii) etiquetagem das despesas; iii) disponibilização do resumo e demonstrativo da vinculação orçamentárias das agendas transversais e multissetoriais, nas Informações Complementares do PLOA 2024; iv) nota metodológica sobre o resumo e demonstrativo; v) etiquetagem das despesas das agendas transversais e multissetoriais; e vi) subpainel entregues após a publicação da LOA.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P10 Agendas transversais e prioridades do PPA

Monitorar e avaliar de forma detalhada a execução das metas dos atributos das 5 agendas transversais e 06 Prioridades.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R10 – Aprimorada a atuação governamental por meio da análise e publicação anual dos resultados vinculados às 05 Agendas Transversais e 06 Prioridades		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R11 - Aprimorada a atuação governamental por meio da análise e publicação anual dos resultados vinculados aos 17 ODS e ao PPA Participativo		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [MPO promove seminário de Transversalidade da Perspectiva dos Povos Indígenas](#)

>> [MPO destaca a importância de considerar a diversidade e as necessidades das pessoas negras no orçamento e planejamento](#)

>> [Relatório “Agenda Transversal — Igualdade Racial PPA 2024-2027” impulsiona ações federais de combate ao racismo e de enfrentamento de disparidades](#)

>> [Relatório Agenda Transversal Povos Indígenas reforça papel central das pautas dos povos originários na ação do governo](#)

>> [Ministras reafirmam compromisso com políticas públicas para reduzir a desigualdade de gênero](#)

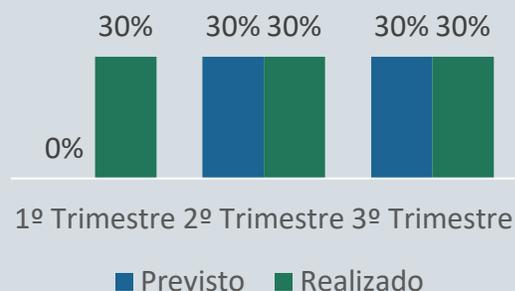
Destaques

O MPO finalizou a série de estudos relativos aos temas transversais do Plano Plurianual 2024-2027, com a publicação de [05 relatórios temáticos sobre as Agendas Transversais](#) (Ambiental, Mulheres, Crianças e Adolescentes, Povos Indígenas e Igualdade Racial). Também foram elaborados relatórios sobre o [processo de participação social e a vinculação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\) ao PPA 2024-2027](#), cumprindo, assim, o resultado-chave “**R11** - Aprimorada a atuação governamental por meio da análise e publicação anual dos resultados vinculados aos 17 ODS e ao PPA Participativo”. Daqui em diante, os relatórios anuais relacionados às Agendas Transversais, Prioridades, ODS e Participação Social utilizarão os dados de monitoramento do PPA, que serão denominados de Boletins de Monitoramento, de modo a evidenciar o progresso na implementação dessas políticas.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P11 Integração do PPA com os planos regionais de desenvolvimento (PRD)

Transformar os PRD em instrumentos estratégicos e representativos da atuação do Governo Federal nestes espaços territoriais.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R12 – Integrado o PPA 2024-2027 com os Planos Regionais de Desenvolvimento, por meio da pactuação de 778 ações executadas em conjunto		

Notícias relacionadas ao Projeto

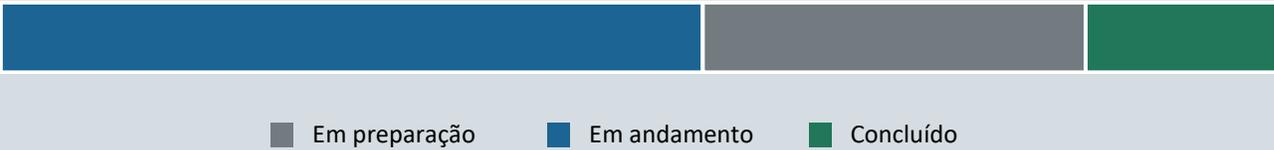
-

Destaques

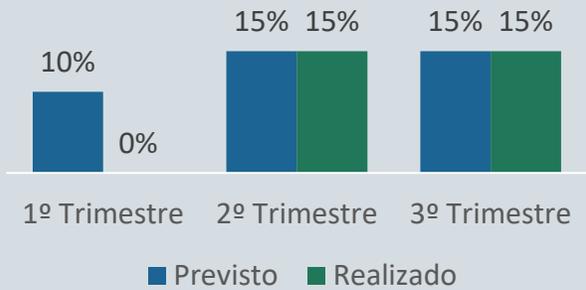
Durante o período, os esforços se concentraram no desenvolvimento da etapa 5 do cronograma do projeto (divulgação do relatório das Agendas Territoriais do PPA 2024-2027). Com apoio das Superintendências regionais, foram elaborados os textos dos relatórios das Agendas Territoriais dos Planos Regionais de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), Centro-Oeste (PRCO) e Nordeste (PRNE).

Nas discussões com o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) e com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) a respeito da etapa 6 do cronograma (discussão de projetos estruturantes para os PRDs), ganhou destaque os debates a respeito do escopo do projeto “Polos de Inovação para o Desenvolvimento Regional junto a Institutos Federais de Ensino e Universidades”.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SOF e SEPLAN	Secretaria de Orçamento Federal e Secretaria Nacional de Planejamento

P12 **Elaboração de referencial metodológico das agendas transversais e multissetoriais**

Desenvolver referencial metodológico que permita identificar agendas transversais e multissetoriais no âmbito do PPA e dos Orçamentos da União

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
	R13 - Aperfeiçoada a identificação dos gastos de 01 Agenda Transversal (ambientais e climáticos) no âmbito do PPA e dos Orçamentos da União	

Notícias relacionadas ao Projeto

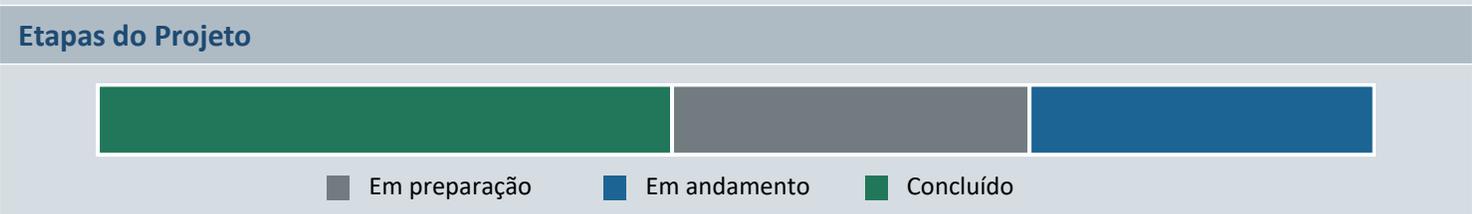
- [>> Equipe do MPO e BID participam de visita técnica ao Ministério da Fazenda do Chile](#)
- [>> Agendas transversais conectam planejamento e orçamento, diz secretário do MPO](#)
- [>> Relatório sintetiza a importância e o grau de transversalidade da agenda ambiental no PPA 2024-2027](#)
- [>> Transversalidade e indicadores com metas tornam o PPA 2024-2027 revolucionário, diz Tebet](#)
- [>> MPO realiza seminário sobre Transversalidades, Políticas Públicas e Instrumentos Orçamentários Federais](#)
- [>> MPO e o BID promovem o Seminário de Transversalidade da Perspectiva de Gênero-Agenda Mulheres](#)
- [>> MPO realizada seminário sobre Transversalidade da Perspectiva de Gênero - Agenda Mulheres](#)

Destaques

Durante o período, o projeto avançou na execução da etapa 3 (classificação funcional de gastos climáticos - COFOG). O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) apresentou ao MPO uma proposta para identificar e categorizar os gastos relacionados ao clima no Orçamento da União, como parte do projeto "Classificadores do Gasto Público em Mudança Climática, Gestão de Riscos e Biodiversidade".

A metodologia desenvolvida pelo BID, já usada em países da América Latina e Caribe, aplica a Classificação das Funções de Governo (Cofog) para identificar tanto os gastos voltados diretamente ao clima quanto aqueles com impacto significativo. Compatível com o Sistema de Contas Nacionais da ONU e o Manual de Estatísticas de Finanças Públicas do FMI, essa abordagem facilita a comparação internacional e aumenta a transparência na gestão dos recursos orçamentários para enfrentar as mudanças climáticas.

O projeto, que envolve órgãos como Ipea, IBGE e diversos ministérios, busca otimizar a alocação de recursos para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e seus impactos.



M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE07	Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P13 Plano nacional de longo prazo

Coordenar o processo de elaboração do Plano Nacional de Longo Prazo.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
	R14 - Melhorada a coordenação federativa e setorial por meio da publicação de um Plano Nacional de Longo Prazo	

Notícias relacionadas ao Projeto

- >> [MPO apresentará até julho de 2025 o planejamento de longo prazo para o Brasil](#)
- >> [MPO e BNDES assinam acordo de cooperação técnica para a elaboração da Estratégia Brasil 2050](#)
- >> [MPO apresenta a Estratégia Brasil 2050, o planejamento de longo prazo do país, ao governo da Bahia](#)
- >> [Em seminário sobre planejamento de médio e longo prazos, MPO lança livro que conta a história do PPA 2024-2027](#)

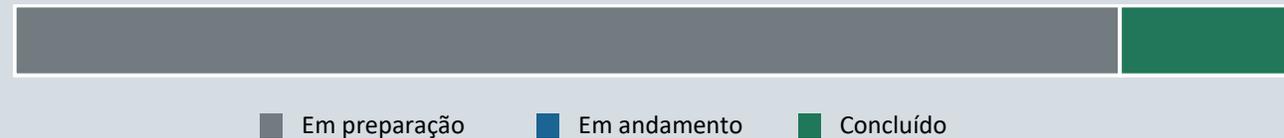
Destaques

O projeto registrou avanços significativos no trimestre, incluindo a definição da governança para a elaboração da Estratégia Nacional de Longo Prazo, chamada Estratégia Brasil 2050. A [Portaria nº 244/MPO](#) estabeleceu os procedimentos, objetivos, responsabilidades e prazos para guiar esse trabalho, determinando também que a SEPLAN/MPO coordenará a proposta, que deve ser concluída até julho de 2025.

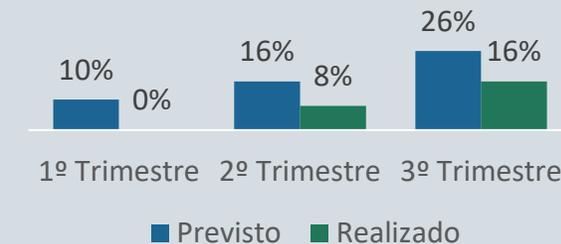
O desenvolvimento da estratégia contará com um Grupo de Trabalho, a ser formado no âmbito do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Planejamento (Conseplan) e de uma cooperação técnica entre MPO e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ambos focados em apoiar todas as fases do projeto.

Está sendo preparada o lançamento de uma Tomada Pública de Subsídios, com o objetivo de coletar contribuições de diversos setores da sociedade para o planejamento de longo prazo do Brasil (Estratégia Brasil 2050), assegurando assim a participação social no processo.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE07	Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P14 Observatório do planejamento – Módulo Longo Prazo

Monitorar os cenários elaborados para o plano de longo prazo.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R15 - Melhorada a tomada de decisão no presente, por meio da publicação de 04 relatórios contendo análises prospectivas e recomendações		

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> Em seminário sobre planejamento de médio e longo prazos, MPO lança livro que conta a história do PPA 2024-2027](#)

Destaques

O cronograma do projeto prevê a entrega de resultados a partir de dezembro de 2024. Assim, estão sendo realizadas atividades de planejamento e preparação para execução do cronograma, que contempla: consulta a fontes de dados oficiais, realização de oficinas de trabalho, elaboração de relatórios das oficinas, análise de impacto das variáveis monitoradas nos cenários e nos elementos da estratégia e elaboração de relatórios anuais.

Etapas do Projeto



■ Em preparação ■ Em andamento ■ Concluído

Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial
Cronograma sem tarefas concluídas

M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P15 Metas físicas

Aprimorar o processo orçamentário brasileiro, com base no modelo de orçamentação por desempenho (OD), para evidenciação da produção de bens e serviços entregues à sociedade a partir da gestão ativa feita pelos atores envolvidos na elaboração dos orçamentos anuais da União, de forma a preservar a visão finalística do gasto público.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
	R16 - Revisados todos os produtos de ações orçamentárias na elaboração do PLOA e no processamento de pedidos de créditos	

Notícias relacionadas ao Projeto

- >> [Projeto de Lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025.](#)
- >> [Manual Técnico de Orçamento – MTO 2025](#)

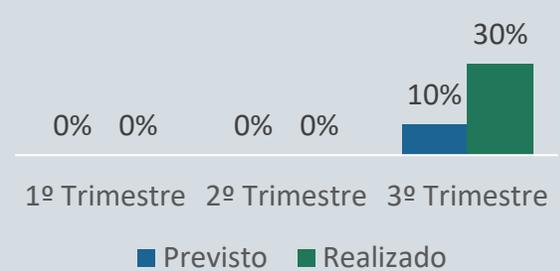
Destaques

No período, foram aplicados aperfeiçoamentos metodológicos ao Cadastro de Ações do PLOA. As orientações metodológicas foram publicadas e constam no [Manual Técnico do Orçamento \(MTO\) 2025](#), reforçando a importância das metas físicas na abordagem de Orçamento por Desempenho (OD). O Manual também conta com uma nova seção dedicada à revisão dos produtos/itens de mensuração das ações e planos orçamentários, bem como das suas unidades de medida. A análise qualitativa do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 foi realizada com base nessas premissas, buscando a melhor evidenciação das entregas efetivas de bens e serviços à sociedade, com vistas ao aprimoramento do processo de orçamentação da União. O projeto está estruturado em 4 etapas: 1) revisão metodológica (em andamento); 2) estrutura programática e produção no orçamento (concluída); 3) incorporação da produção do orçamento na análise, acompanhamento e tomada de decisão (em andamento); e 4) acompanhamento e publicização da execução física do orçamento (em preparação).

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P16 Nova lei de finanças públicas

Produzir uma nova versão do Projeto de Lei Complementar de Finanças Públicas, aplicável à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em substituição à Lei nº 4.320, de 17/03/1964, para encaminhamento pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional, preferencialmente até a data comemorativa dos 60 anos da Lei de Finanças vigente

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R17 - Proposto o texto de uma Nova Lei de Finanças Públicas		

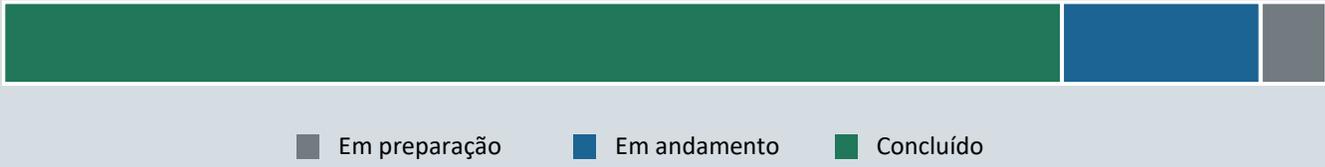
Notícias relacionadas ao Projeto

-

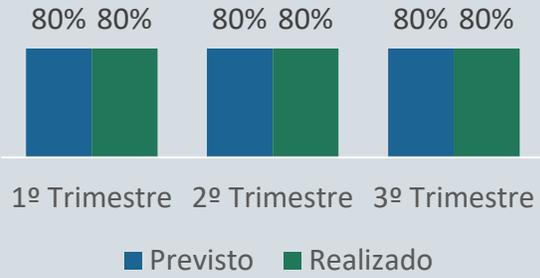
Destaques

A primeira versão do anteprojeto de Lei Complementar de Finanças Públicas foi concluída em março/2024, como planejado. Essa versão foi obtida a partir da análise de 301 propostas de emendas ao texto-base disponibilizado pela SOF no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Siop. Dessas propostas, 125 foram aprovadas e integralmente incorporadas ao texto; 81 foram aprovadas parcialmente e incorporadas na forma de outras emendas; 50 foram rejeitadas; e 45 permaneceram pendentes, aguardando discussões futuras sobre o tema. Neste momento, estão sendo realizadas reuniões de alinhamento técnico com diferentes unidades para avaliar um segundo conjunto de sugestões encaminhadas pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF e pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF e SMA	Secretaria de Orçamento Federal e Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P17 Spending review

Avaliar, de forma aprofundada, os gastos públicos existentes a fim de identificar oportunidades de redução ou realocação de recursos despendidos com políticas públicas e/ou programas governamentais de baixa prioridade, ineficientes ou inefetivos.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
	R18 - Promovida a qualidade do gasto público por meio da publicação de no mínimo dois relatórios específicos e singulares de revisão de gastos do ano em curso	

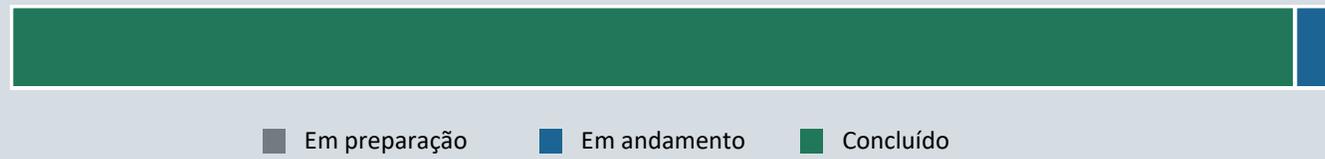
Notícias relacionadas ao Projeto

- >> [Revisão de gastos será feita com justiça social, diz Tebet no programa “Bom Dia, Ministra”](#)
- >> [Alcançar o compromisso social é ter responsabilidade com o gasto público, afirma Tebet a investidores](#)
- >> [Governo anuncia economia de R\\$ 25,9 bilhões em 2025 com processo de revisão de gastos](#)
- >> [Em audiência na CMO, Tebet debate LDO e defende revisão para aumentar a qualidade do gasto público](#)
- >> [Simone Tebet e secretária-executiva da Casa Civil ressaltam que revisão de gastos contribuiu para bloqueio menor de despesas](#)
- >> [Bloqueio poupa Educação, Saúde e ministérios das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos](#)
- >> [Revisão de gastos já surte efeito, e governo bloqueia apenas 0,14% do limite total de despesas de 2024](#)

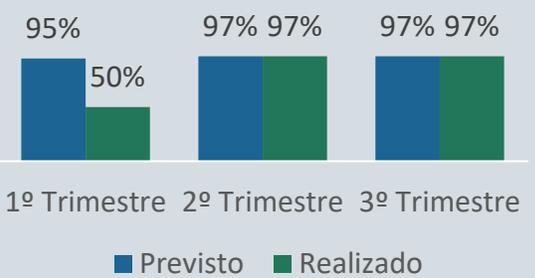
Destaques

As duas primeiras fases do projeto foram concluídas conforme o planejado: mapeamento de oportunidades e revisão metodológica sobre a revisão de gastos; e uma análise com estimativas preliminares de economia. A terceira fase, que envolveu a elaboração de estimativas consolidadas com base nas oportunidades mapeadas, também foi finalizada com a inclusão de dados no Anexo de Metas Fiscais do PLDO 2025, item IV.5. A quarta fase, referente à validação e entrega dos relatórios, foi parcialmente cumprida, com a publicação, em abril/2024, do [primeiro relatório](#) de economia com a implementação das opções de economia selecionadas. O segundo está em elaboração.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P18 Marco orçamentário de médio prazo

Elaborar a estrutura do Orçamento de Médio Prazo (OMP), desenvolver sistemas correspondentes e integrá-lo no processo de elaboração do orçamento federal.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R19 - Implementada a plurianualidade em 100% das ações orçamentárias até 2027		

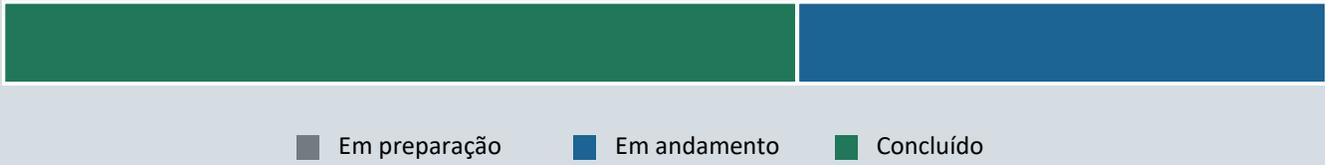
Notícias relacionadas ao Projeto

-

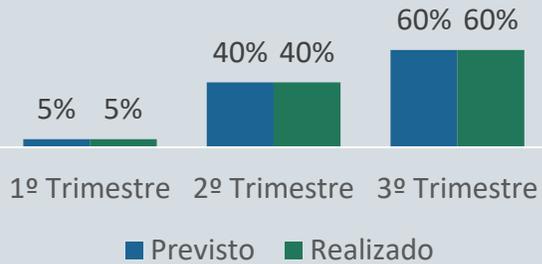
Destaques

Os módulos do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) para a captação do Marco Orçamentário de Médio Prazo de 2025 foram finalizados e implementados com sucesso. O grande destaque deste período foi a elaboração do orçamento, que pela primeira vez incluiu a previsão orçamentária no nível de Ação/Plano Orçamentário para um exercício subsequente. Os dados estão detalhados no Anexo 8 do PLOA, encaminhado ao Congresso em 31/08. Atualmente, 96% das ações orçamentárias da União, relativas a despesas primárias, bem como de outras ações selecionadas, já contam com projeções de médio prazo.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M04	Macroprocesso finalístico - Gestão do processo de submissão e avaliação de projetos do setor público, a fim de obter financiamentos externos
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P19 Portal de Financiamentos Externos (PFE)

Desenvolvimento e implementação de novos processos e exigências para a autorização, pela Cofix de programas ou projetos do setor público com apoio de natureza financeira de fontes externas mediante o emprego de nova plataforma eletrônica integrada de gestão desses processos e exigências.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
	R20 - Simplificado e aumentado a transparência e previsibilidade em 100% dos processos de autorização para preparação de projetos no âmbito da Cofix	

Notícias relacionadas ao Projeto

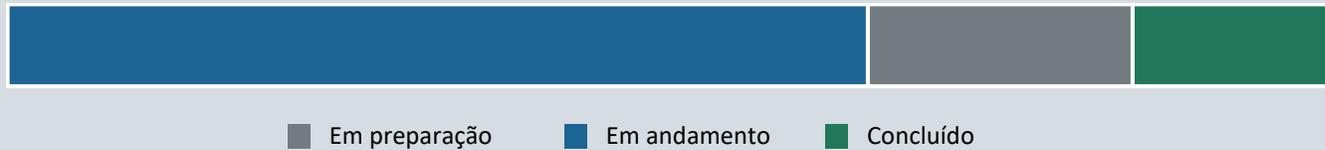
- [>> Revisão de carteira do Banco Mundial no Brasil terminou nesta sexta \(27/09\) com participação do MPO](#)
- [>> Banco Interamericano e Africano de Desenvolvimento apresentam iniciativa pioneira para financiamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza](#)
- [>> Secretária de Assuntos Internacionais defende nova governança para instituições internacionais no T20 Midterm](#)
- [>> Cofix aprova preparação de 13 projetos subnacionais, incluindo dois referentes à mudança climática no Rio Grande do Sul](#)
- [>> Cofix seleciona 8 projetos para acessar recursos do Fundo do Mercosul](#)
- [>> Projeto aprovado pela Cofix levará saneamento e cidadania a indígenas da região de fronteira com recursos do Fundo do Mercosul](#)
- [>> Durante as festividades de 50 anos do Fonplata, Brasil assume a presidência da Assembleia de Governadores da instituição](#)

Destaques

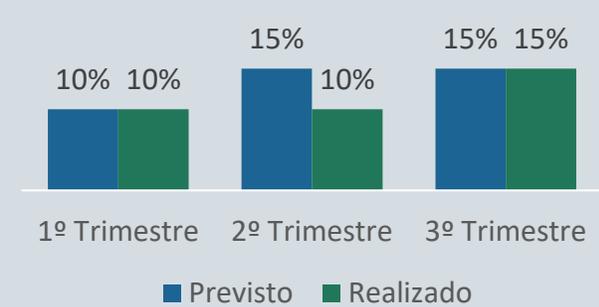
O projeto visa redesenhar os processos e exigências para a autorização de programas ou projetos do setor público pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), com apoio financeiro externo, utilizando uma nova plataforma eletrônica integrada para gestão desses processos e exigências.

Até o momento, as seguintes etapas foram completadas: processos de trabalho mapeados, revisão das informações demandadas dos interessados para o processamento das autorizações pela COFEX e revisão de critérios de análise empregados pelos integrantes da COFEX para análise e classificação de pleitos de financiamento externo. Já as seguintes etapas estão em andamento: desenvolvimento dos módulos do portal; elaboração de normas destinadas a otimizar procedimentos e exigências e elaboração de painel de informações para acompanhamento do histórico dos projetos realizados com amparo de financiamentos externos.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P20 Portal de pagamentos a organismos internacionais (POPOI)

Proporcionar transparência, eficiência e facilidade de acesso às informações relativas aos pagamentos a organismos internacionais e simplificação dos processos de pagamentos.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R21 - Disponibilizado para a sociedade informações detalhadas e atualizadas sobre 100% dos pagamentos a organismos internacionais dos quais o Brasil faz parte.		

Notícias relacionadas ao Projeto

- [>> NOTA À IMPRENSA CONJUNTA MPO/MRE: Quitação de contribuições do Brasil a organismos internacionais](#)
- [>> MPO/MR: Quitação de contribuições do Brasil à ONU e a outros organismos internacionais](#)

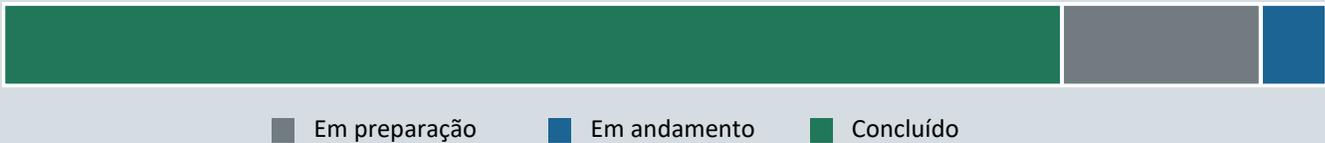
Destaques

O módulo de solicitações do usuário foi finalizado e a integração do portal com a plataforma gov.br está em andamento, evidenciando importante evolução no desenvolvimento do Portal de Pagamentos a Organismos Internacionais.

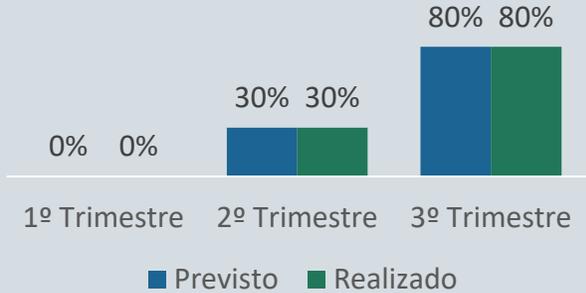
A equipe responsável pelo pagamento a organismos internacionais esteve envolvida em missão à ONU. Durante essa missão, foram abordados temas como o processo orçamentário e financeiro da ONU e a automação no pagamento de contribuições internacionais, o que gerou ideias cruciais para o avanço do desenvolvimento do portal.

O MPO também efetuou a quitação de R\$ 1,3 bilhão em compromissos do Brasil com organismos internacionais, destacando-se o pagamento de R\$ 448,8 milhões à ONU, que incluiu o orçamento regular, missões de paz e o Mecanismo Residual Internacional para Tribunais Penais (IRMCT).

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M06	Macroprocesso finalístico - Articulação e gestão da agenda de integração e desenvolvimento sul-americano
OE10	Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano
SEAI e SEAID	Secretaria de Articulação Institucional e Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P21 Subcomitê de integração e desenvolvimento sul-americano

Contribuir com a melhoria da governança para pactuação de ações e projetos de integração da infraestrutura regional sul-americana.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R22 - Contribuído com a institucionalização da governança da Integração e Desenvolvimento Sul-Americano		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R23 - Apoiada a construção de uma nova Carteira de Projetos prioritários de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana		

Notícias relacionadas ao Projeto

- >> [Lula e Tebet defendem o potencial da integração sul-americana para a redução das desigualdades e geração de emprego e renda](#)
- >> [Integração regional tem potencial semelhante ao da reforma tributária para o crescimento do PIB, diz Tebet em evento da Fiesp](#)
- >> [Rotas de integração sul-americana contribuirão para reduzir as desigualdades regionais e sociais, afirma Tebet em audiência no Senado](#)
- >> [Presidente Lula cria Comissão Interministerial para a Infraestrutura e Planejamento da Integração da América do Sul](#)
- >> [Tebet apresenta Rotas de Integração na China](#)
- >> [Reuniões com sete ministros da América do Sul marcam nova fase do projeto das Rotas da Integração](#)

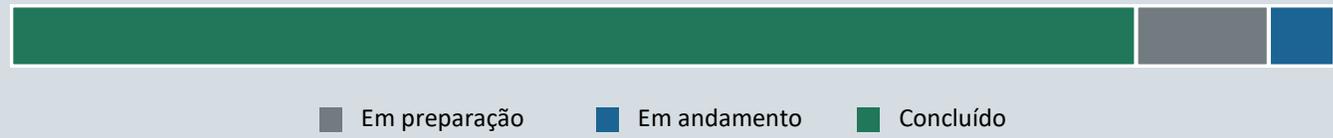
Destaques

Os esforços foram intensificados para a realização da primeira reunião da [Comissão Interministerial para a Infraestrutura e Planejamento da Integração da América do Sul](#), com previsão de ocorrer ainda no ano de 2024. As atividades incluem a preparação de uma minuta do Regimento Interno, definição da pauta da primeira reunião, e de um Plano de Trabalho preliminar, que serão apresentados aos demais membros da comissão.

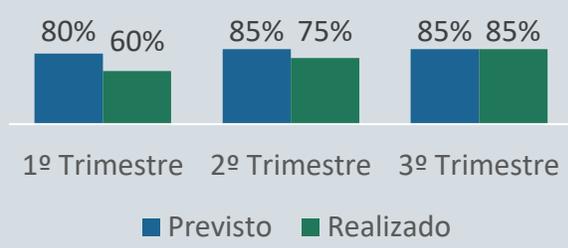
Em agosto/2024, foi discutido entre o MPO e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) estratégias de integração dos trabalhos entre o Comitê Nacional de Facilitação do Comércio (CONFAC) e a Comissão Interministerial, com o objetivo de fortalecer o comércio e a integração entre os países da América do Sul.

O projeto foi debatido em vários fóruns nacionais e internacionais. Em evento da revista *Carta Capital*, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ministra Simone Tebet destacaram a importância da integração sul-americana, enfatizando seus benefícios para reduzir desigualdades e gerar empregos. Na Fiesp, Tebet estimou que as Rotas de Integração Sul-Americana, com previsão de conclusão até 2030, podem impulsionar o PIB de forma semelhante à reforma tributária, com impacto estimado em até 1%.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



2.2

Desempenho da Gestão

Capacidades institucionais

Capacidades Institucionais

As capacidades institucionais relacionam-se à necessidade de investir em recursos humanos, tecnologia, infraestrutura e cultura organizacional, para criar uma base sólida que apoie a execução dos processos finalísticos. São fundamentos básicos da governança, concebidos como seu sustentáculo no cumprimento da missão institucional.

Capacidades Institucionais

OE 11	OE 12	OE 13	OE 14
Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas	Estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
<ul style="list-style-type: none"> R24 - Elaborado um diagnóstico integrado contendo recomendações conjuntas para fortalecimento das relações institucionais. 	<ul style="list-style-type: none"> R25 - Realizado um diagnóstico de qualidade de vida e bem-estar no MPO; R26 - Alcançada a adesão de 30% dos servidores nas trilhas de capacitação; e R27 - Lançada a 1ª Turma do mestrado aplicado ao Planejamento e Orçamento Público. 	<ul style="list-style-type: none"> R28 - Publicada a Política de Transformação Digital do MPO; R29 - Disponibilizados, pelo menos, dois produtos digitais (Intranet e Portal de Colegiados); e R30 - Acelerada a transformação digital, por meio da pactuação de pelo menos uma parceria estratégica. 	<ul style="list-style-type: none"> R31 - Publicada a metodologia de gestão de projetos; R32 - Publicada a metodologia de gestão de processos; R33 - Realizado 40% das ações previstas no Plano de Integridade; e R34 - Tratados 35% dos riscos priorizados no Plano de Gestão de Riscos.

Destaques

MPO COMEMORA

1 ano de
Integridade Planejada

MPO AVANÇA

Com a oferta de
Soluções Digitais

MPO AUTORIZA

Instituição do
**Programa de
Gestão e Desempenho**

MPO É RECONHECIDO

Plataforma Veredas recebe Prêmio

**Reconhecimento
Profissional**
ColaboraGov
2024 - MGI

Capacidades Institucionais

A perspectiva de capacidades institucionais reúne um conjunto de recursos e sistemas essenciais para a formação de uma cultura organizacional que favoreça a inovação, a aprendizagem contínua, as boas práticas de governança e a adaptação às mudanças do ambiente externo. Trata-se de uma dimensão especializada que funciona como um suporte em apoio à execução dos processos finalísticos e, conseqüentemente, o alcance da estratégia institucional.

Essa perspectiva está representada no Mapa Estratégico do MPO por meio dos objetivos estratégicos 11, 12, 13 e 14, que almejam o fortalecimento das relações institucionais com as entidades vinculadas (Ipea e IBGE), o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas, a transformação digital de processos de trabalho e o aperfeiçoamento da governança institucional.

Para concretizar essas metas, os cronogramas dos projetos avançam conforme esperado, com 56% das tarefas dos projetos estratégicos nessa área concluídas e 22% em andamento. Dos resultados-chave planejados para essa perspectiva em 2024, três já foram alcançados, o que representa 27% do total.

A perspectiva de “Capacidades Institucionais” compreende os ativos intangíveis da organização, o capital humano (habilidades, talento e conhecimento dos funcionários da organização), o capital informacional (bancos de dados, sistemas de informação, redes e infraestrutura tecnológica) e o capital organizacional (cultura, liderança, grau de alinhamento dos funcionários com a estratégia e capacidade dos funcionários de compartilhar conhecimentos).

OE 12

Estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas

O Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento do MPO foi oficialmente iniciado com uma aula magna, ministrada por Lucio Rennó Junior, professor da UnB, que abordou a avaliação da qualidade dos serviços públicos, destacando a importância desse tema no aprimoramento das políticas públicas.

Esse curso é o primeiro mestrado do Ipea exclusivo para um ministério, voltado para a formação de servidores. O ministro substituto do MPO, Gustavo Guimarães, enalteceu a relevância do mestrado para o desenvolvimento institucional, destacando que unir teoria e prática contribui para o ganho de produtividade.

Além de Guimarães, a presidente do Ipea, Luciana Servo, enfatizou a aplicação prática do mestrado, reforçando que essa troca de saberes entre os alunos, a maioria servidores do MPO e outros órgãos do governo, é essencial para aprimorar as políticas públicas.

Importante ação para estimular a melhoria do desempenho organizacional, o Ministério do Planejamento e Orçamento publicou a [Portaria GM/MPO Nº 335/2024](#), que normatiza o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) no órgão. A instituição do programa busca promover a gestão baseada na entrega de resultados, substituindo o controle de assiduidade e pontualidade pelo acompanhamento de metas e entregas.

Capacidades Institucionais

Os dados sobre o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) do MPO, incluindo a distribuição dos servidores por regime de execução (integral, parcial, presencial ou teletrabalho no exterior), estão disponíveis publicamente. Acessando o [painel de monitoramento](#) é possível verificar as informações atualizadas.

No trimestre, o projeto "MPO de Corpo e Alma" implementou diversas ações voltadas à qualidade de vida dos servidores do MPO. Entre elas, a iniciativa Leitura Compartilhada, que promove integração através de estantes de livros nos corredores, e a ação Viva Leve, que estimula atividades físicas. Em parceria com a equipe de Qualidade de Vida no Trabalho do Ministério da Gestão e Inovação (MGI), também foram realizadas a Semana da Saúde e ações do Setembro Amarelo, com serviços de saúde e conscientização sobre saúde mental e prevenção ao suicídio.

Os estudos para o dimensionamento da força de trabalho (DFT) avançaram significativamente no trimestre. Em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas do MGI (SGP/MGI), foram mapeadas as entregas das unidades, mensurado o percentual de esforço dedicado a cada uma e definidos indicadores. O próximo passo é gerar um relatório que avalie os resultados, fornecendo diagnósticos detalhados e sugestões para otimizar o uso dos recursos humanos nas diversas áreas mapeadas.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P23, P24 e P25) relacionados ao OE 12 foi de 70%, frente a 67% previstos para o período.

OE 13

Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital

Duas importantes soluções digitais foram entregues no período: **Sistema de Colegiados**, que permitirá o registro e controle dos membros (titulares e suplentes) dos colegiados em que o MPO participa, além de oferecer o agendamento das reuniões e um repositório de documentos. A segunda solução diz respeito à **intranet do MPO**, recurso vital para a organização, por centralizar a comunicação interna, facilitar a colaboração entre equipes e otimizar o acesso a recursos e informações essenciais.

Está em andamento o processo de contratação de uma empresa para fornecer ferramentas e serviços voltados à automação de processos. Isso dará um impulso significativo à gestão do MPO, que já realiza mapeamento e melhoria de processos, unindo simplificação, automação e maior eficiência.

Os esforços de transformação digital do MPO também estão alinhados ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - [PDTIC](#)¹ e buscam aumentar a eficiência de processos, melhorar a produtividade e disponibilizar informações de maneira rápida e segura, facilitando a tomada de decisão.

O progresso médio dos cronogramas do projeto P26 relacionado ao OE 13 foi de 65%, frente a 60% previsto para o período.

¹ Cf. ["Objetivos Estratégicos da Estratégia de Governo Digital"](#). In: PDTIC, Anexo II, p. 30 (OE1, OE3, OE5, OE6, OE8, OE9, OE11, OE13, OE15).

Capacidades Institucionais

OE 14

Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional

A governança pública se propõe a aumentar e preservar o valor que o Estado entrega aos que o sustentam, visando ao bem-estar comum, à segurança e à justiça social. Enquanto forma de organização política da sociedade, por excelência, o Estado, em sua organização, se constitui no espaço natural de desenvolvimento de atividades voltadas à promoção do interesse da sociedade.

Na persecução desse objetivo, o MPO promoveu o evento [Integridade Planejada](#), em comemoração ao aniversário de um ano do Programa, lançado em setembro do ano passado pelo MPO, em parceria com o IPEA e o IBGE. Como exemplos de integridade, a Ministra Simone Tebet destacou a realização da consulta popular que resultou no Plano Plurianual participativo e o trabalho de aperfeiçoamento de políticas públicas e revisão de gastos. Este último contribuiu, por exemplo, para a eliminação de ineficiências no Bolsa Família e a inclusão de milhões de famílias necessitadas que estavam fora do Programa.

Os principais resultados do [Plano Integridade Planejada](#), referentes ao primeiro semestre de 2024, foram apresentados pela Assessoria Especial de Controle Interno – AECI para os secretários e demais gestores do MPO, em reunião ocorrida no dia 5 de agosto. Um total de 30 ações foram previstas para cumprimento no primeiro semestre de 2024, das quais 77% foram realizadas, o que equivale a 23 ações, conforme aponta o [Relatório de Monitoramento do Plano de Integridade do MPO \(2024-2025\)](#).

Como parte do processo de implementação da gestão de riscos no MPO, a AECI realizou

uma sequência de reuniões com as secretarias do Ministério entre os dias 23 de julho e 2 de agosto. Esses encontros contaram com a participação dos secretários, seus adjuntos e os pontos focais designados para cada projeto e processo destacado pelas respectivas unidades e teve como objetivo o alinhamento de expectativas com as lideranças e definição dos próximos passos.

Segundo a titular da AECI, Patrícia Alvares, “É preciso que a alta liderança tenha a oportunidade de entender como é o processo de gestão de riscos e como ele deve dialogar com os objetivos estratégicos de cada uma das unidades e das entregas que esses gestores precisam realizar.” Cada secretaria atuará no sentido de identificar os riscos prioritários, analisá-los e implementar planos de tratamento. Para essa tarefa, um [Guia Metodológico](#) foi elaborado para auxílio dos pontos focais, em consonância com os propósitos do P29, “Plano de Gestão de Riscos”.

As ações de mapeamento e redesenho de processos auxiliam o entendimento dos fluxos de trabalho e permitem contribuir tanto para as ações de integridade quanto para a de gestão de riscos, avaliação de resultados e possibilidades de melhoria. O P27, “Escritório de Projetos e Processos Inteligentes”, se dedica a essa iniciativa e, neste 3º trimestre, avançou significativamente.

No período, foi mapeado o processo de “Autoavaliação de Políticas Públicas” e iniciados os processos de “Relacionamento com Bancos Multilaterais de Desenvolvimento” e “Avaliação do Plano Plurianual”. Em paralelo, está em andamento a elaboração do Guia Metodológico de Gestão de Processos, bem como o Plano Estratégico de Evolução de Processos, como ferramentas de gestão orientadas para uma governança bem direcionada em processos.

Capacidades Institucionais

Fruto dos esforços empreendidos no âmbito do projeto P27, a Plataforma Veredas, direcionada para a gestão de projetos e planos de transformação de processos críticos, foi premiada no “Prêmio Reconhecimento Profissional ColaboraGov 2024”, do Ministério da Gestão e Inovação (MGI), na categoria “Ideias Inovadoras”, como importante contribuição para o serviço público.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P27, P28, P29) relacionados ao OE 14 foi de 57%, frente a 67% previsto para o período.

Nas páginas a seguir, são apresentados mais detalhes sobre o andamento dos projetos referentes à perspectiva Capacidades Institucionais.

“Sem governança adequada é muito menos provável que os interesses identificados reflitam as necessidades dos cidadãos, as soluções propostas sejam as mais adequadas e os resultados esperados impactem positivamente a sociedade.”

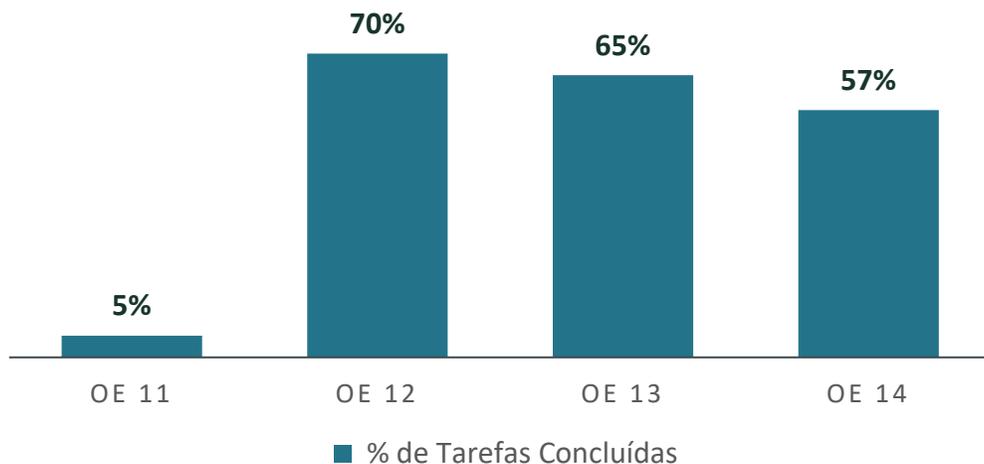
Referência: [Brasil. Guia da política de governança pública. Brasília, Casa Civil da Presidência da República, 2018.](#)



Capacidades Institucionais

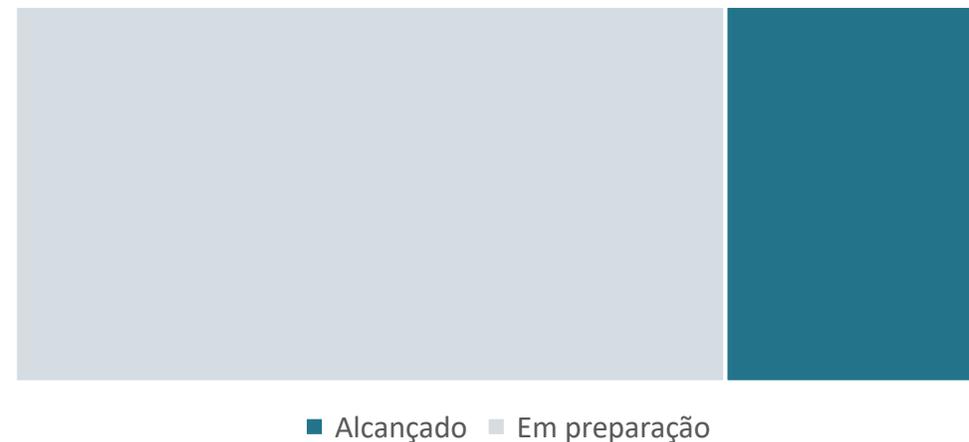
Desempenho por Objetivo Estratégico

% de tarefas concluídas

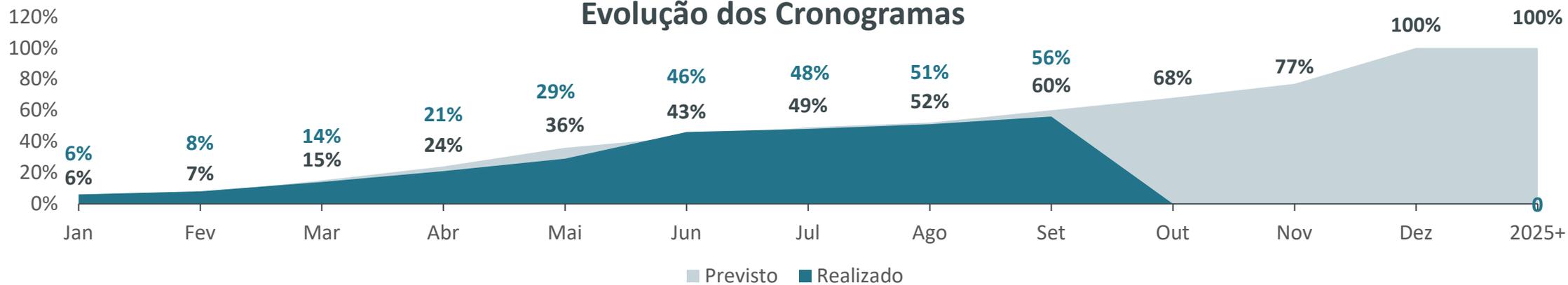


Resultados-chave

% alcançado

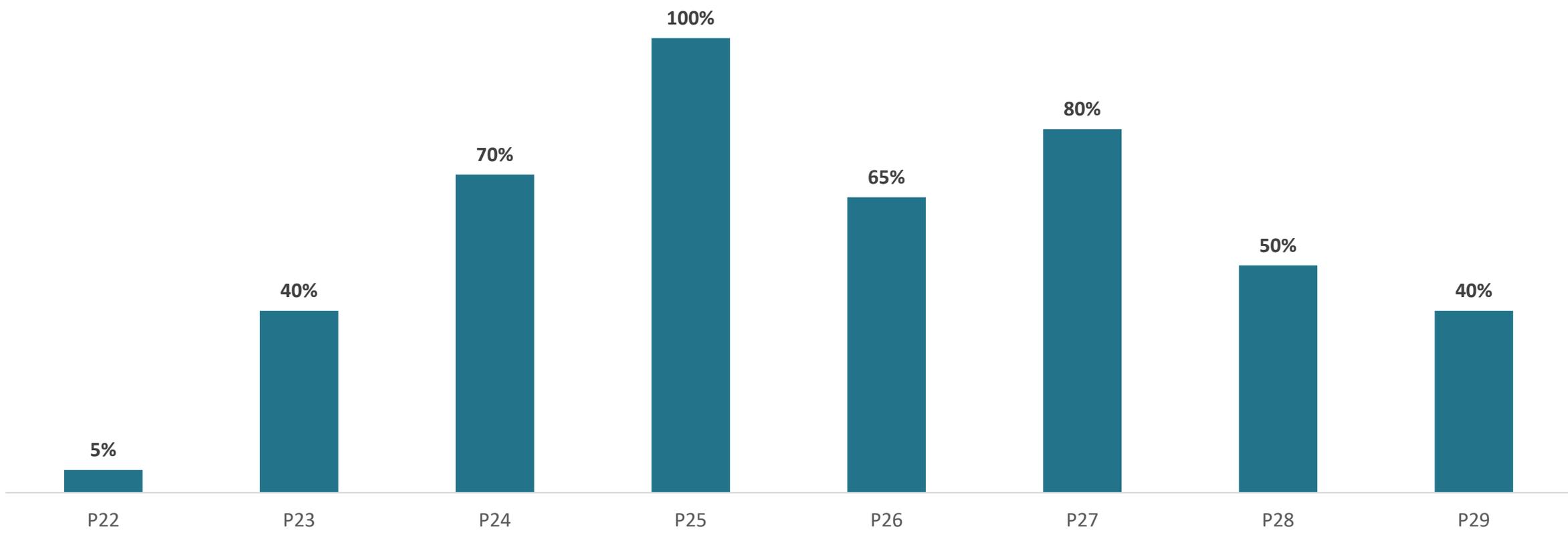


Evolução dos Cronogramas



Processos Capacidades Institucionais

Desempenho por Projetos % executado



M07	Macroprocesso de governança – Gestão estratégica
M09	Macroprocesso de governança – Gestão do controle
OE11	Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P22 Desenvolvimento integrado: construindo futuros

Discutir e elencar um conjunto de alternativas para fortalecer a relação institucional entre MPO e entidades vinculadas.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	---------------------	-----------

R24 - Elaborado um diagnóstico integrado contendo recomendações conjuntas para fortalecimento das relações institucionais

Notícias relacionadas ao Projeto

-

Destaques

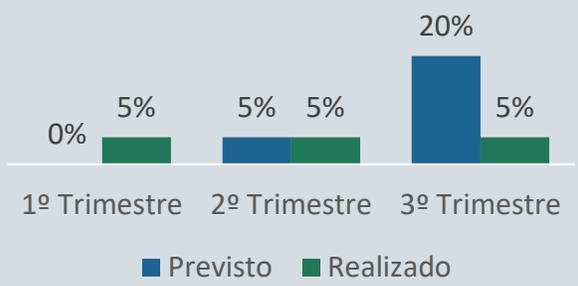
Foi finalizada a contratação de uma consultoria que dará apoio para o desenvolvimento do projeto. Como etapa preparatória para o desenvolvimento da iniciativa, estão sendo realizadas reuniões bilaterais quinzenais com cada entidade vinculada (IBGE, IPEA), de modo a mapear as principais dificuldades e convergências de trabalho.

Etapas do Projeto



■ Em preparação ■ Em andamento ■ Concluído

Evolução do Cronograma



M11	Macroprocesso de Suporte – Gestão de Pessoas
OE12	Estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P23 MPO de corpo e alma

Proporcionar condições que permitam aos servidores e aos colaboradores desfrutarem de bem-estar físico e emocional enquanto realizam suas atividades profissionais.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	--------------	-----------

R25 - Realizado 01 diagnóstico de qualidade de vida e bem-estar no MPO

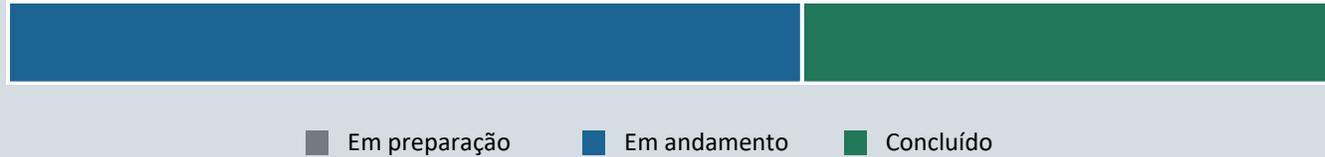
Notícias relacionadas ao Projeto

-

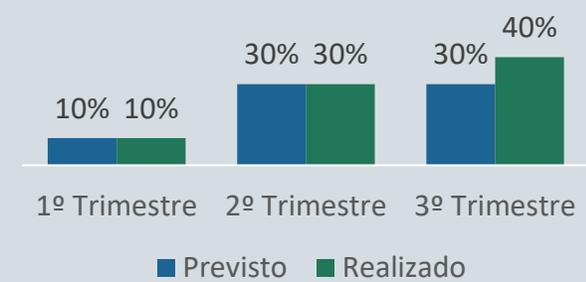
Destaques

No trimestre, o projeto Leitura Compartilhada continuou promovendo a integração e acesso à leitura no MPO, com significativo número de acessos mensais. Além disso, foi efetivada a campanha do Setembro Amarelo, com ações de conscientização, saúde mental e prevenção ao suicídio. Paralelamente, iniciou-se o planejamento das atividades do que serão realizadas em outubro, incluindo a comemoração do Dia das Crianças, a campanha do Outubro Rosa e o dia do Servidor. O MPO também indicou profissionais para o Prêmio de Reconhecimento Profissional do Ministério da Gestão e Inovação (MGI) 2024, que promoverá o reconhecimento de servidores e equipes de destaque, e começou o processo de compra de vacinas contra a Dengue para uma nova campanha de vacinação.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M11	Macroprocesso de Suporte – Gestão de Pessoas
OE12	Estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P24 Trilhas para o desenvolvimento

Fortalecer a capacitação contínua dos servidores do MPO por meio de trilhas de aprendizagem, elevando a participação e envolvimento no processo de desenvolvimento profissional e alinhamento com as metas institucionais.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	--------------	-----------

R26 - Alcançada a adesão de 30% dos servidores nas trilhas de capacitação

Notícias relacionadas ao Projeto

-

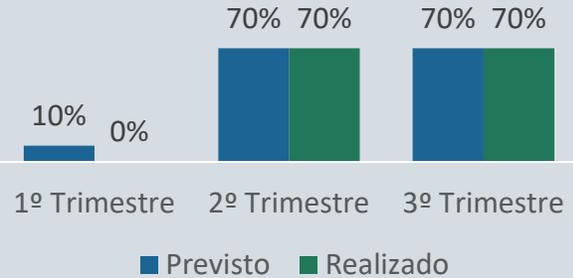
Destques

As etapas de levantamento de necessidades, definição das trilhas de capacitação a serem desenvolvidas e elaboração do plano de atuação foram finalizadas com sucesso. As próximas etapas do projeto envolvem a implementação do plano junto às Escolas de Governo parceiras. No trimestre foram ofertadas oportunidades de capacitação aos servidores do MPO nos seguintes temas: comunicação assertiva, inteligência artificial, tecnologia da informação, dentre outros.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M11	Macroprocesso de Suporte – Gestão de Pessoas
OE12	Estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P25 Mestrado aplicado ao planejamento e orçamento público [MAPO]

Fortalecer a capacitação avançada em planejamento e orçamento por meio da expansão de programas de mestrado/doutorado, visando atender tanto à comunidade acadêmica ampla quanto às necessidades específicas das unidades.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
		R27 - Lançada a 1ª Turma do mestrado aplicado ao Planejamento e Orçamento Público

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> Avaliação dos serviços públicos é o tema da aula magna do mestrado profissional do MPO](#)

Destaques

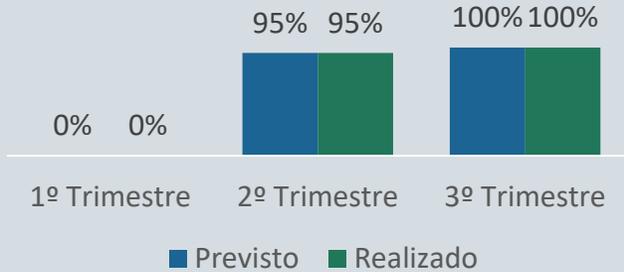
O Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento do Ministério do Planejamento e Orçamento teve início com uma aula magna. Este é o primeiro mestrado exclusivo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada para um ministério, focado na capacitação dos servidores. O curso tem previsão de conclusão em fevereiro de 2026. Todas as etapas planejadas para o projeto foram concluídas com êxito, garantindo a implementação bem-sucedida da iniciativa.

Etapas do Projeto



■ Em preparação ■ Em andamento ■ Concluído

Evolução do Cronograma



M12	Macroprocesso de Suporte – Gestão de TIC e segurança da informação
OE13	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P26 MPO Digital

Acelerar e ampliar a capacidade de transformação digital no MPO.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R28 - Publicada a Política de Transformação Digital do MPO		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R29 - Disponibilizados, pelo menos, 02 produtos digitais (Intranet e Portal de Colegiados)		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R30 - Acelerada a transformação digital, por meio da pactuação de pelo menos 01 parceria estratégica		

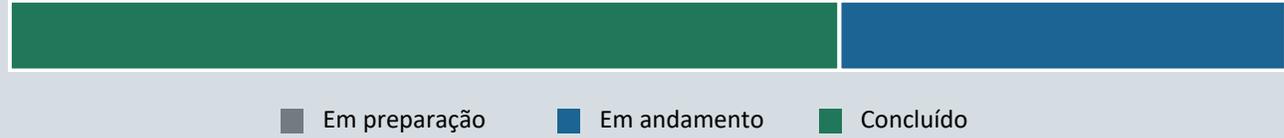
Notícias relacionadas ao Projeto

-

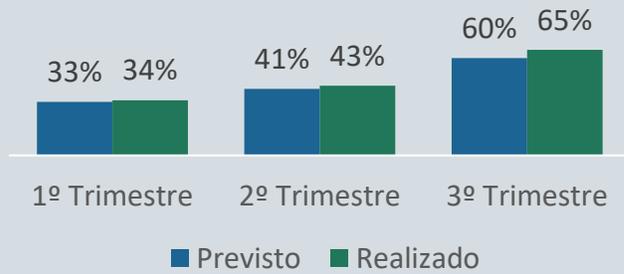
Destaques

O projeto avançou com a entrega da nova **intranet do MPO**, uma ferramenta essencial que centraliza a comunicação interna, facilita a colaboração e otimiza o acesso a informações. Juntamente com o Sistema de Gestão de Colegiados, entre no trimestre anterior, essas soluções digitais marcam o cumprimento do resultado-chave "R29 - Disponibilização de 02 produtos digitais". Também foi concluída a contratação de software de automação de processos e a formulação da Política de Transformação Digital, fortalecendo ainda mais o compromisso do MPO com a melhoria contínua das suas operações.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M07	Macroprocesso de governança – Gestão estratégica
OE14	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P27 Escritório de projetos e processos inteligentes

Estruturar um conjunto de produtos e serviços que propiciem a criação de soluções no campo do planejamento e orçamento público.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R31 - Publicada a metodologia de gestão de projetos		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R32 - Publicada a metodologia de gestão de processos		

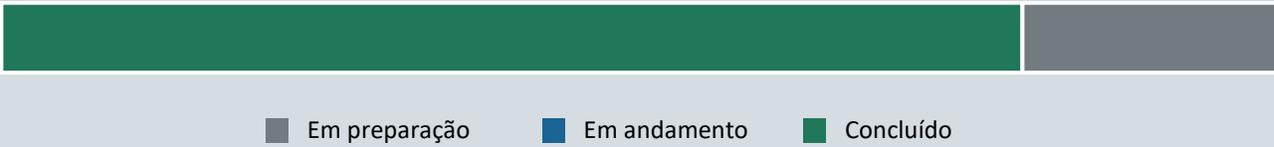
Notícias relacionadas ao Projeto

[>> Plataforma Veredas recebe o Prêmio Reconhecimento Profissional 2024](#)

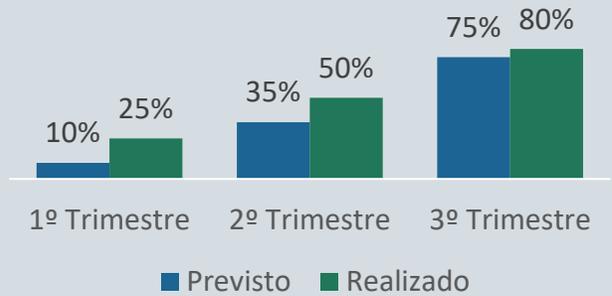
Destaques

O projeto avançou de forma consistente no segundo trimestre, com a finalização de uma proposta de Guia Metodológico de Gestão de Processos, de modo a orientar as ações no MPO de melhoria de suas operações. A proposta ainda conta com uma sugestão de resolução, que definirá objetivos e resultados para desenvolvimento da pauta no próximo ano (2025). Os materiais serão submetidos à apreciação do Comitê Ministerial de Governança (CMG), que ocorrerá, possivelmente, no mês de novembro de 2024. Destaque no período, a Plataforma Veredas, criada pelo MPO para gerir planos estratégicos, foi vencedora na categoria “Ideias Inovadoras” do Prêmio Reconhecimento Profissional ColaboraGov 2024. A agenda de mapeamento e melhoria de processos continua.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



M09	Macroprocesso de governança – Gestão do controle
OE14	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
AECI	Assessoria Especial de Controle Interno

P28 Plano de integridade MPO

Aperfeiçoar continuamente a integridade institucional.



Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Assessoria Especial de Controle Interno apresenta resultados do primeiro semestre do Plano de Integridade para Secretarias do MPO](#)

>> [Subcomitê do MPO aprova resoluções com diretrizes para implementação da gestão de riscos e cria Fórum de Instâncias com Funções de Integridade](#)

>> [Assessoria Especial de Controle Interno publica Manual de Tratamento das Demandas de Órgãos de Controle](#)

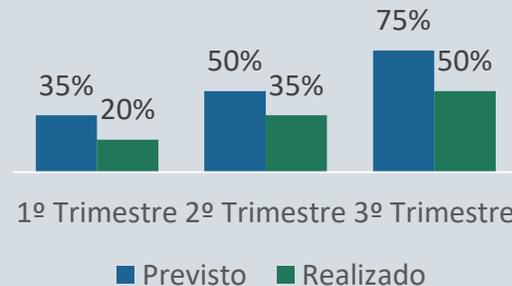
Destaques

O [Plano de Integridade do MPO](#) contempla o biênio 2024-2025 e se dedica a fomentar uma cultura organizacional ética e transparente, voltada à entrega de valor público à sociedade. Está dividido em seis eixos: prevenção e detecção; responsabilizações e sanções; transparência e acesso à informação; promoção da democracia e diversidade; parcerias externas; e monitoramento e avaliação. O Plano prevê 62 ações, das quais 22 já foram implementadas. Dentre as ações concluídas, destacam-se a disponibilização de informações de PPAs anteriores (desde 1991), a divulgação amigável das informações do PPA para a sociedade, a atualização do Painel de bloqueios e limites de despesas primárias discricionárias do Poder Executivo e a publicação das atas de reunião do [CMAP](#), [CMAS](#) e [CMAG](#). Outro destaque do trimestre é a elaboração do [Manual de Tratamento das Demandas de Órgãos de Controle](#), para que as Secretarias do MPO tenham conhecimento dos fluxos e dos processos realizados pela área responsável pela interlocução com os órgãos de controle.

Etapas do Projeto



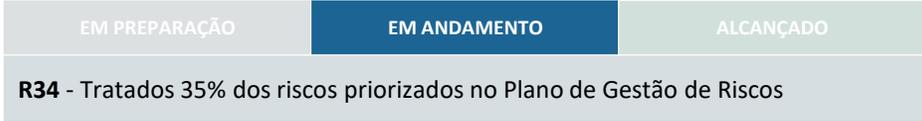
Evolução do Cronograma



M09	Macroprocesso de governança – Gestão do controle
OE14	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
AeCI	Assessoria Especial de Controle Interno

P29 Plano de Gestão de Riscos

Garantir, orientar e registrar as etapas do processo de gerenciamento de riscos do MPO.



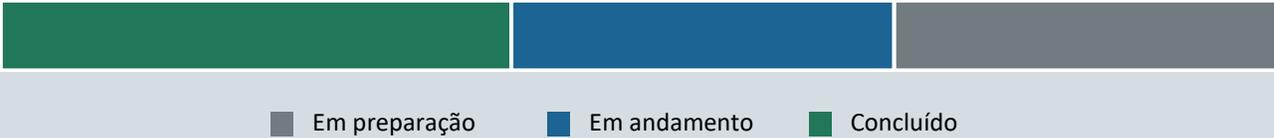
Notícias relacionadas ao Projeto

- >> [Subcomitê do MPO aprova resolução com diretrizes para implementação da gestão de riscos](#)
- >> [Assessoria Especial de Controle Interno promove alinhamentos técnicos com Secretarias do MPO sobre gestão de riscos](#)

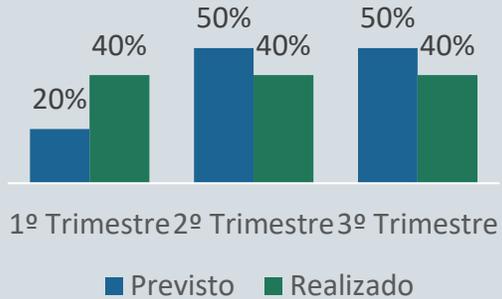
Destaques

Com a publicação da [Política de Gestão de Riscos](#) e do [Guia Metodológico para Gestão de Riscos](#), as unidades do MPO indicaram os processos ou projetos prioritários que passarão pela metodologia de gestão de riscos. Posteriormente, serão identificados os riscos e elaborados os planos de tratamento para mitigação dos riscos associados a cada objeto (processo ou projeto). No trimestre, foi promovida uma série de reuniões com as Secretarias do MPO, com a presença dos seus titulares, adjuntos e pontos focais, para tratar de cada processo indicado por suas unidades na implementação da gestão de riscos, a fim de alinhar expectativas com as lideranças e apresentar os próximos passos da metodologia. Como etapa sequencial, as Secretarias deverão identificar os riscos nos objetos prioritários apontados, analisar e avaliar cada cenário e implementar planos de tratamento para aqueles mais relevantes.

Etapas do Projeto



Evolução do Cronograma



3

CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA
DA GESTÃO

Declaração da Subsecretária de Administração e Gestão Estratégica

Com satisfação, apresentamos as informações sobre a gestão administrativa, financeira, orçamentária e a governança do MPO. Nosso objetivo é permitir a vigilância contínua e cuidadosa da população sobre o uso dos recursos públicos e de evidenciar como o MPO gera valor ao longo do tempo para as partes interessadas.

A gestão administrativa é realizada em rede colaborativa. O MPO integra o Centro de Serviços Compartilhados – ColaboraGov, regulamentado pelo [Decreto nº 11.837, de 21 de dezembro de 2023](#), sob a coordenação da Secretaria de Serviços Compartilhados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SSC/MGI), como órgão prestador. O MPO integra o arranjo, como um dos órgãos solicitantes.

No âmbito do arranjo colaborativo previsto pela [Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023](#), foi concebido o modelo de compartilhamento de serviços de suporte administrativo. A prestação centralizada de alguns serviços de gestão tem por objetivo organizar e padronizar procedimentos, com vistas à redução de custos e a tornar a gestão de serviços mais eficiente.

Neste relatório, será possível que cada cidadão avalie como os recursos públicos estão sendo empregados e verifique os resultados das ações empreendidas pelos administradores para cumprir os objetivos estabelecidos.

A prestação de contas do MPO cumpre não apenas uma obrigação legal, mas também visa reforçar a confiança da sociedade na administração pública e nos gestores, promovendo um ambiente de transparência e responsabilidade.

Com a publicação deste instrumento de gestão, o MPO inova ao disponibilizar trimestralmente as informações exigidas no Relatório de Gestão Integrado, disciplinado na IN nº 84/TCU e de periodicidade anual, como padrão.

Assim, com a disponibilização das informações trimestrais no [portal do MPO](#), a sociedade ganha mais uma possibilidade para avaliar o valor que o MPO entrega a toda a população brasileira.

Os recursos públicos postos à disposição do MPO foram administrados em respeito aos princípios éticos, diretrizes estabelecidas pelo governo e normas aplicáveis. Contudo, caso qualquer cidadão identifique eventual ato em contraponto ao interesse público, esteja convencido de que serão devidamente apurados e tratados.

Para isso, disponibilizo, abaixo, os canais institucionais para manifestações e envio de denúncias.

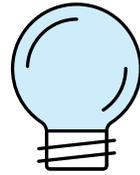
 ouvidoria.mpo@economia.gov.br

 (61) 2020-5113

 [Plataforma Fala.br](#)



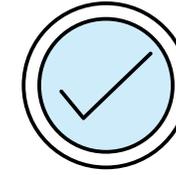
Conformidade e Eficiência da Gestão



Plano Estratégico Institucional



Gestão Orçamentária e Financeira

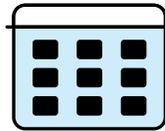


Instâncias de Governança

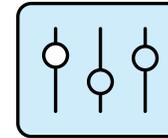


Gestão de Pessoas

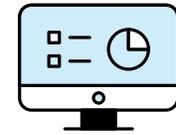
EM DETALHES



Gestão de Serviços, Logística e Contratações



Relatórios de Gestão Trimestral



Transparência e Prestação de Contas



Relatório de Gestão Integrado



Tecnologia da Informação e Comunicação



Supervisão, Controle e Correição

4

INFORMAÇÕES

Orçamentárias, financeiras e contábeis

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

As [demonstrações contábeis do MPO e o certificado de auditoria](#), bem como as demais informações exigidas pelo art. 8º da Instrução Normativa-TCU 84, de 22 de abril de 2020, estão disponíveis em nosso Portal, na [seção Transparência e Prestação de Contas](#), conforme requerido pelo § 1º do art. 9º da referida Instrução Normativa.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

